



**REDE ENERGIA S.A.**

CNPJ/MF nº 61.584.140/0001-49

NIRE nº 35.300.029.780

Companhia Aberta

São Paulo, 13 de abril de 2011

Aos Srs. Acionistas da **REDE ENERGIA S.A.**

### **PROPOSTAS DA ADMINISTRAÇÃO**

A administração da Companhia vem submeter as seguintes propostas à apreciação de V.Sas., reunidos em Assembléia Geral Ordinária, conforme Edital de Convocação abaixo transcrito:

#### **“EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 29 de abril de 2011, às 10:00 horas, na sede social, na Avenida Paulista nº 2439 – 5º andar, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- a) Exame, discussão e aprovação das Contas dos Administradores, do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2010;
- b) Aprovação da destinação do resultado relativo ao exercício de 2010;
- c) Eleição e fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal; e
- d) Fixação da remuneração dos administradores para o exercício de 2011.

Os documentos pertinentes à ordem do dia encontram-se à disposição dos senhores acionistas na sede social da Companhia e no seu endereço eletrônico



[www.redenergia.com/investidores](http://www.redenergia.com/investidores), bem como nas páginas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da BM&Fbovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)).

Os acionistas deverão apresentar, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, além do documento de comprovação de sua identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora no máximo 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia Geral; (ii) instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante. A representação por procuração deverá obedecer às determinações do § 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76; e (iii) extrato contendo a respectiva participação acionária emitido pela entidade administradora da custódia fungível de ações da Companhia.”

Para facilitar a consulta e o manuseio, a administração da Companhia consolida, neste documento, todas as informações e documentos que devam ser disponibilizados a V.Sas., quais sejam:

<b>Nº</b>	<b>Informação e/ou Documento</b>
1.	Comentários dos Administradores
2.	Destinação dos Resultados
3.	Eleição de Membros do Conselho Fiscal
4.	Remuneração dos Administradores

**REDE ENERGIA S.A.**  
CNPJ/MF nº 61.584.140/0001-49  
NIRE nº 35.300.029.780  
Companhia Aberta

São Paulo, 29 de março de 2011.

Aos Srs. Acionistas da **REDE ENERGIA S.A.**

**COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO  
FINANCEIRA DA COMPANHIA**

(Nos termos do item 10 do Formulário de Referência,  
Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/2009).

(Valores expressos em milhares de reais)

**10. Comentários dos Diretores**

**10.1. Os diretores devem comentar sobre:**

**a. condições financeiras e patrimoniais gerais**

A REDE ENERGIA S.A. (“Companhia”) é uma *holding* onde são consolidadas as informações financeiras das empresas por ela controladas direta e indiretamente, sendo nove distribuidoras de energia elétrica, uma geradora, uma comercializadora de energia, uma prestadora de serviços, uma empresa de bio energia e duas outras holdings, conforme apresentado abaixo:

***Distribuidoras:***

Caiuá Distribuição de Energia S.A. ("CAIUÁ")  
Centrais Elétricas do Pará S.A. ("CELPA")  
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. ("CEMAT")  
Cia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins ("CELTINS")  
Cia Força e Luz do Oeste ("CFLO")  
Cia Nacional de Energia Elétrica ("CNEE")  
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. ("EDEV")  
Empresa Elétrica Bragantina S.A. ("EEB")  
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul (“ENERSUL”)

A Companhia utiliza o nome REDE SUL/SE para designar a unidade de negócio formada pela combinação de cinco distribuidoras, que atuam nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil: CAIUÁ, EDEVP, EEB, CNEE e CFLO.

**Geradora:**

Tangará Energia S.A. ("TANGARÁ")

**Outros serviços:**

Rede Comercializadora de Energia S.A. ("REDECOM")

Rede Eletricidade e Serviços S.A. ("REDESERV")

**Bio Energia:**

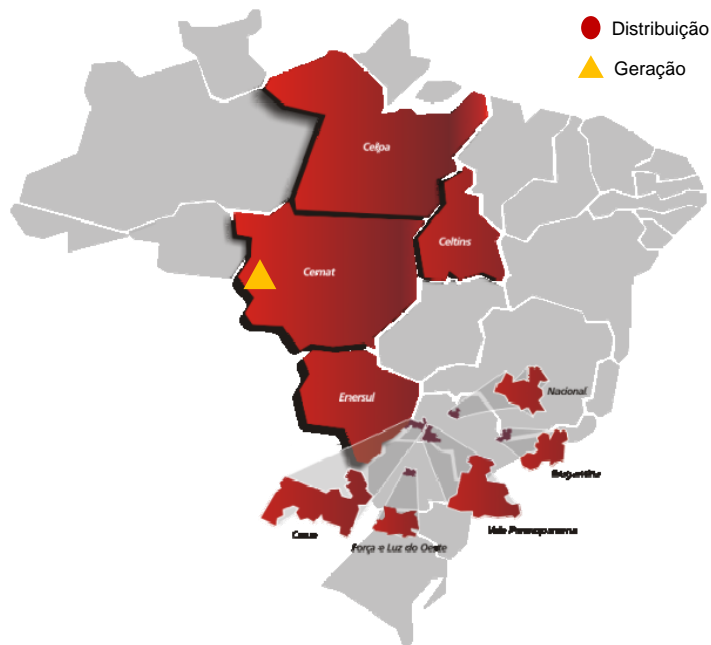
Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A. ("VALE DO VACARIA")<sup>1</sup>

**Holdings:**

QMRA Participações S.A. ("QMRA")

Rede Power do Brasil S.A. ("REDE POWER")

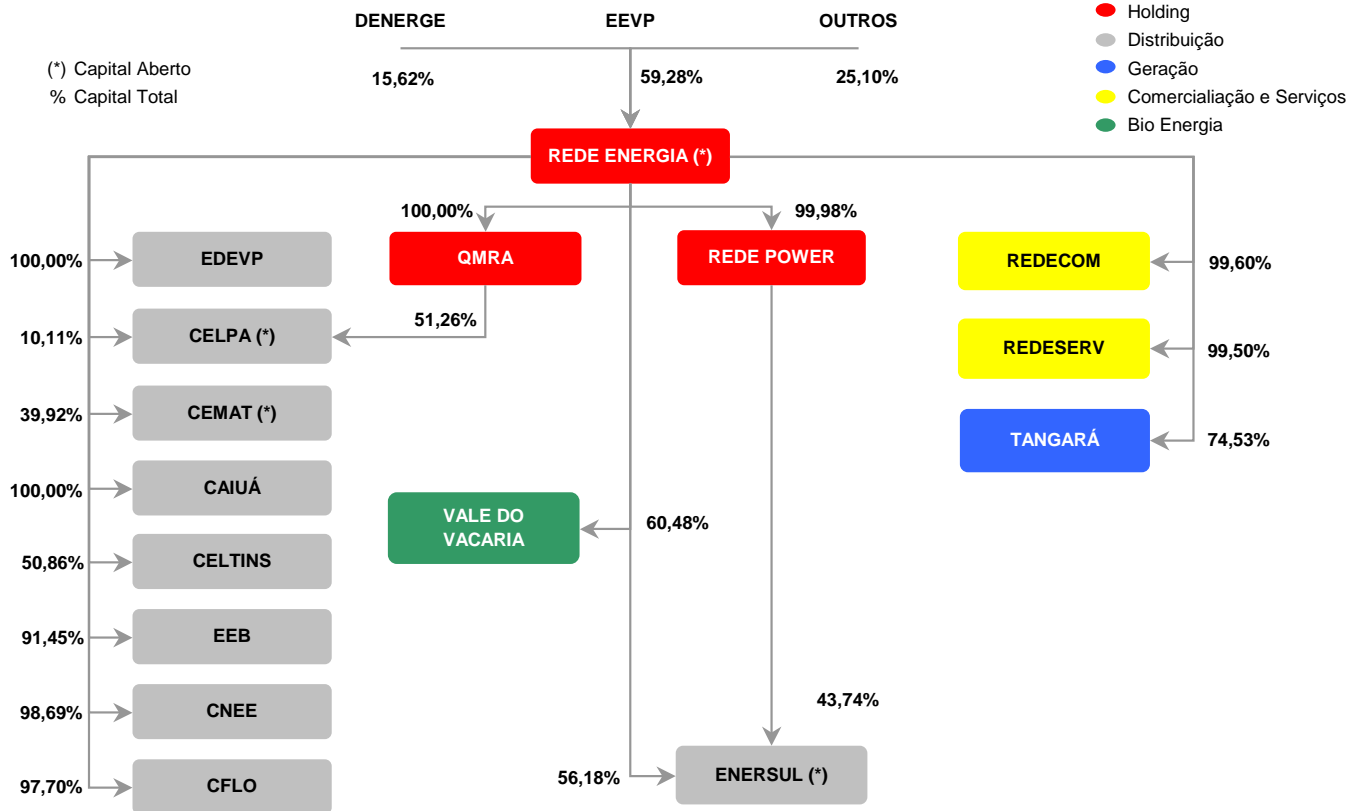
**Área de Negócio**



<sup>1</sup> Trata-se de um estudo de viabilidade na área de bio energia, ainda sob análise.

## Estrutura Societária

A REDE ENERGIA encerrou o semestre findo em 31 de dezembro de 2010 com a seguinte estrutura societária:



Substancialmente todas as nossas operações são realizadas no Brasil, razão pela qual nossos resultados operacionais e situação financeira são diretamente afetados pelas condições econômicas gerais do país, em especial, pelas taxas de inflação, taxas de juros, políticas governamentais, flutuações do câmbio e políticas tributárias.

Desde o início do Plano Real, em 1993, o Brasil tem evoluído para um quadro de estabilidade econômica, o que faz com que os agentes econômicos tenham expectativas

favoráveis para o futuro do País. A manutenção da estabilidade monetária tem sido acompanhada pelo crescimento gradual, porém sustentado, da economia.

Nos anos recentes, o crescimento do PIB teve como principais fatores determinantes o bom desempenho do setor exportador e o aumento da demanda interna. O PIB brasileiro teve um aumento de 5,1% em 2008, uma queda de 0,2% em 2009 e um aumento de 7,5% em 2010, não obstante a conjuntura mundial adversa que levou a resultados bem mais negativos em outros países nesse ano. A taxa básica de juros em curto prazo (ajustada pelo BACEN em relação ao índice SELIC) reduziu de 13,65% em 2008, considerando o último dia de cada ano, para 8,65% em 2009 e aumentou para 10,66% em 2010.

A Companhia opera predominantemente nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil (representando 84,5% da receita operacional bruta da Companhia gerada pelas atividades de distribuição de energia em 31 de dezembro de 2010) e o crescimento econômico nessas regiões pode ser o fator de maior impacto na demanda por energia elétrica e nos resultados operacionais da Companhia.

A distribuição de energia elétrica nas áreas de concessão da Companhia mostra uma forte correlação com o crescimento e desenvolvimento das economias nos Estados do Pará, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, uma vez que a base de clientes é, em grande parte, composta por clientes residenciais cativos nesses Estados. O consumo de energia nos Estados do Pará, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul aumentou em média 6,3%, 10,2%, 5,8% e 6,2% ao ano, respectivamente, de 2007 a 2010. Em nossas concessionárias da região Norte e Centro Oeste teve um aumento médio maior do que a média nacional de consumo elétrico, que foi de 3,3% de 2007 a 2009. Além disso, a Companhia acredita que esses estados possuem um significativo potencial para desenvolvimento econômico que, a seu ver, se traduzirá em um potencial de crescimento na demanda por energia elétrica.

Inclusive, o PAC, criado pelo Governo Federal, tem como objetivo a aceleração do crescimento econômico, o aumento do emprego e a melhoria das condições de vida da população brasileira, incluindo os Estados do Pará, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso

do Sul. O PAC consiste em um conjunto de medidas destinadas a incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público em infra-estrutura e remover obstáculos burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos, ao crescimento. Por meio do PAC, estima-se um investimento total da ordem de R\$47,5 bilhões, dos quais R\$3,7 bilhões, R\$11,2 bilhões, R\$5,9 bilhões e R\$26,7 bilhões, respectivamente, serão destinados aos Estados do Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Pará, distribuídos nos setores de logística, energia, social e urbano.

A administração da Companhia acredita que tem condições para arcar com suas despesas financeiras e pagar seu respectivo endividamento.

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e médio prazo.

**b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:**

O capital social é de R\$ 714.552.105,06 (setecentos e quatorze milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil, cento e cinco reais e seis centavos), integralmente realizado e dividido em 322.075.470 (trezentas e vinte e dois milhões, setenta e cinco mil, quatrocentas e setenta) ações nominativas, escriturais, sem valor nominal, sendo 221.157.990 (duzentas e vinte e uma milhões, cento e cinquenta e sete mil, novecentas e noventa) ações ordinárias e 100.917.480 (cem milhões, novecentas e dezessete mil, quatrocentas e oitenta) ações preferenciais.

A Companhia poderá, a qualquer tempo, por deliberação da Assembleia Geral: a) emitir ações ordinárias e preferenciais ou criar classes de ações preferenciais ou aumentar o número de ações preferenciais de classes existentes sem guardar proporção com as espécies e/ou classes de ações já existentes, ou que possam vir a existir, observado o limite de 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas para ações preferenciais sem voto ou com voto restrito, que poderão ser ou não resgatáveis e ter ou não valor nominal; b) aprovar o resgate de ações, observado o disposto no artigo 44, parágrafo 6º da Lei 6.404/76, conforme alterada.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias e/ou ações preferenciais, até o limite de 195.000.000 (cento e noventa e cinco milhões) de novas ações, ou seja, até o capital social ser representado por um máximo de 479.266.570 (quatrocentas e setenta e nove milhões, duzentas e sessenta e seis mil,

quinhentas e setenta) ações. O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

A Companhia poderá, dentro do limite de capital autorizado no Parágrafo 1º acima e de acordo com plano aprovado pela Assembléia Geral, outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle.

A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência, ou ser reduzido o prazo para seu exercício, na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei.

As ações são escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, nos termos da legislação aplicável. A instituição financeira depositária poderá cobrar do acionista o custo de transferência de propriedade das ações, observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários.

Nos casos de reembolso de ações previstos em lei, o valor de reembolso será o valor de patrimônio líquido contábil das ações, de acordo com o último balanço aprovado pela Assembléia Geral ou com balanço especial, se for o caso e se solicitado, segundo os critérios 26.12.2008 de avaliação do ativo e do passivo fixados na legislação societária e os princípios contábeis geralmente aceitos.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia apresentou a seguinte composição de capital: (i) 21,0% de capital próprio (ou seja, patrimônio líquido dividido pelo ativo total) e (ii) 79,0% de capital de terceiros (ou seja, a soma do passivo circulante com o passivo não circulante dividido pelo ativo total).

**i. hipóteses de resgate**

**ii. fórmula de cálculo do valor de resgate**

Não há possibilidade de resgates de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

**c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Considerando o perfil de curto e médio prazo do endividamento da Companhia, esta pretende alongar o seu perfil visando adequar a sua capacidade de pagamento do montante



principal e juros de suas dívidas com recursos provenientes da sua geração operacional de caixa.

Observando o endividamento, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, a Companhia acredita ter liquidez e recursos de capital suficientes para fazer frente à maior parte de seus investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Caso a Companhia entenda necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos, a mesma acredita ter capacidade para contratá-los atualmente.

(R\$ milhões)	2010	2009	2008
Empréstimos, financiamento e debêntures	6.246,8	5.112,7	4.484,7
Total de Disponibilidade(1)	759,7	396,0	396,0
Dívida Líquida(2)	5.487,1	4.716,8	4.088,7

(1) Disponibilidades é a soma dos itens "numerário disponível" e "aplicações no mercado aberto".

(2) Dívida líquida é a diminuição do item empréstimos, financiamentos e debêntures menos a disponibilidade.

#### **d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

Para capital de giro, as recentes captações da Companhia foram: 1. bônus perpétuos no valor de US\$ 575 milhões ao custo de 11,125% a.a., com opção para liquidação em 2012, e 2. Debêntures no valor total de R\$ 370 milhões ao custo de CDI + 3,40% a.a., com liquidação em 6 parcelas semestrais e iguais, sendo a primeira parcela, no 30º mês a contar da data da emissão em dezembro de 2009.

#### **e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

A Companhia recorrerá ao mercado financeiro contratando operações em seu benefício, caso a sua geração de caixa não seja suficiente para suprir a sua necessidade de capital de giro e investimentos.

#### **f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

O saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 1.791,9 milhões. Esse saldo, líquido do caixa e aplicações era de R\$ 1.769,0 milhões. Utilizando-se como parâmetro o índice "dívida financeira líquida dividida pela dívida financeira líquida mais patrimônio líquido", o resultado em 31 de dezembro de 2010 foi de 67,4%.

R\$ milhões	Em 31 de Dezembro de		
	2010	2009	2008
<b>Divida financeira liquida</b>	5.487,1	4.698,8	4.115,7
<b>Patrimônio liquido</b>	2.649,6	2.434,0	2.480,4
<b>Índice de endividamento</b>	0,67	0,66	0,62

Definições:

Divida Financeira Liquida – significa empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos menos caixa e aplicações.

Patrimônio Liquido – significa a conta patrimônio liquido do passivo.

Índice de endividamento – significa a divida financeira liquida dividida pela divida financeira liquida mais patrimônio liquido.

$$\text{Índice de endividamento} = \frac{\text{Divida Financeira Liquida}}{(\text{Divida Financeira Liquida} + \text{Patrimônio Liquido})}$$

#### **i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Para capital de giro, as recentes captações da Companhia foram: 1. bônus perpétuos no valor de US\$ 575 milhões ao custo de 11,125% a.a., com opção para liquidação em 2012, e 2. Debêntures no valor total de R\$ 370 milhões ao custo de CDI + 3,40% a.a.

#### **ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

BNDES: contratos para investimentos em geração, distribuição e comercialização, sobre os quais incidem juros de 4% e 5% a.a. acima da TJLP, com vencimento final em setembro de 2016.

Capital de Giro: diversos contratos com taxas de juros media ponderada de 6,06% ao ano, acrescida de CDI e taxa pré-fixada de 14,61% ao ano, com vencimento da última parcela em dezembro de 2014.

#### **iii. grau de subordinação entre as dívidas**

O saldo do endividamento financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 1.791,9 milhões, assim segmentados: (i) R\$ 1.079,8 milhões ou 60,3% de garantias reais por meio de conta reserva ou penhor de ações ou por meio de recebíveis da sua subsidiária Rede Comercializadora de Energia S.A.; (ii) R\$ 531,1 milhões ou 29,6% estavam

garantidos por aval dos Acionistas Controladores, empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. e Denerge-Desenvolvimento Energético S.A. ; e R\$ 181,1 milhões ou 10,1% de garantias quirografárias, ou seja, livres de garantias. O grau de subordinação das dívidas, em relação às suas garantias, será sempre real, flutuante e quirografária, excetuando-se outras legalmente previstas.

**iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário**

A Companhia utiliza diversos instrumentos financeiros, que exigem, dentre outras, obrigações de manutenção de índices financeiros específicos e/ou o cumprimento de diversas obrigações de fazer ou não fazer restritivas às suas operações. De uma forma geral, os índices mais relevantes são Dívida Financeira / EBITDA e EBITDA / Despesa Financeira, conforme apresentamos no item 3.7 deste formulário. Destacam-se:

Bônus Perpétuos

A Companhia deve manter o seguinte índice financeiro:

- Dívida Financeira Líquida / EBITDA não ultrapassar 4.0x.

Definições:

Dívida Financeira líquida – significa empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos (excluindo endividamento através de programas governamentais, tais como e não limitando “Luz para todos” e “Sub-rogação da CCC”) menos caixa e aplicações.

Endividamento do programa “Luz para todos” – aparece na nota explicativa de empréstimos, financiamentos e encargos como Eletrobrás. Para maiores informações sobre o programa “Luz para todos” ver o item 7.3 deste formulário.

Programa “Sub-rogação da CCC” – aparece na demonstração financeira no ativo como Sub-rogação da CCC. Para maiores informações sobre o programa “Sub-rogação da CCC” ver o item 7.3 deste formulário.

EBITDA – conforme quadro apresentado no item 3.2. deste formulário.

Debêntures

A Companhia deve Manter os seguintes índices financeiros:

- Dívida Líquida Consolidada / EBITDA Consolidado de no máximo 3,5x;

- EBITDA Consolidado / Resultado Financeiro Consolidado igual ou superior a 2,0x.

Definições:

Divida Financeira líquida – significa empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos (excluindo endividamento através de programas governamentais, tais como e não limitando “Luz para todos” e “CCC”) menos caixa e aplicações.

Endividamento do programa “Luz para todos” – aparece na nota explicativa de empréstimos, financiamentos e encargos como Eletrobrás. Para maiores informações sobre o programa “Luz para todos” ver o item 7.3 deste formulário.

Programa “Sub-rogação da CCC” – aparece na demonstração financeira no ativo como Sub-rogação da CCC. Para maiores informações sobre o programa “Sub-rogação da CCC” ver o item 7.3 deste formulário.

EBITDA – conforme quadro apresentado no item 3.2. deste formulário.

Encargos de dívidas – significa a soma de juros ativos e da renda de aplicações financeiras menos juros de empréstimos e financiamentos das demonstrações do resultado.

**g. limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Os financiamentos já contratos foram integralmente utilizados.

**h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

A seguir, análise dos resultados financeiros e patrimoniais da REDE ENERGIA CONSOLIDADO e REDE ENERGIA HOLDING.

**REDE ENERGIA S.A. CONSOLIDADO**

**Análise dos Resultados Financeiros do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2010 comparados com Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2009**

*Receita Operacional Bruta*

A receita operacional bruta da REDE ENERGIA CONSOLIDADO, composta pela receita de fornecimento ao consumidor final, disponibilização do sistema de distribuição, fornecimento de energia para revenda (suprimento) e receita de construção aumentou 17,4%, passando de R\$ 8.288,2 milhões em 2009 para R\$ 9.730,6 milhões em 2010, principalmente devido ao crescimento do mercado em 7,5%; aumento do preço médio de venda ao consumidor final em 3,8%; e aumento da receita de construção em 81,3%, que passou de R\$ 703,7 milhões em 2009 e 1.276,0 em 2010. Vale acrescentar que essa receita

de construção é um dos efeitos da adoção do IFRS (*International Financial Report Standard*), Normas Internacionais de Contabilidade, pela companhia, a partir de 31 de dezembro de 2010, e não constitui ganho real, uma vez que esses mesmos valores (tanto para 2009 quanto para 2010) aparecem no custo de operação, resultando em efeito zero no resultado operacional da companhia. Retirando-se portanto os efeitos da receita de construção, o aumento da receita bruta seria de 11,5%, passando de R\$ 7.584,5 milhões em 2009 para R\$ 8.454,6 milhões em 2010.

#### *Custo do Serviço de Energia Elétrica*

O custo do serviço de energia elétrica CONSOLIDADO, composto de energia elétrica comprada para revenda e encargo do uso do sistema de transmissão e distribuição foi de R\$ 3.184,0 milhões em 2010 e R\$ 2.778,5 milhões em 2009, representando um crescimento de 14,6%. Esse resultado foi influenciado principalmente pelo aumento de 7,5% na demanda; e pelo aumento de 8,9% no preço médio para compra de energia.

#### *Custo de Operação*

O custo de operação CONSOLIDADO passou de R\$ 1.584,4 milhões em 2009 para R\$ 2.246,7 milhões em 2010, representando um aumento de 41,8% (R\$ 662,3 milhões). Os itens que mais influenciaram essa variação foram: (i) aumento de R\$ 57,7 milhões nos custos de matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica. Essas custos não são gerenciáveis pela companhia e são referentes à aquisição de combustível utilizado nas usinas térmicas, cuja geração, variam de acordo com a demanda; e (ii) aumento de R\$ 572,3 no custo de construção que não constitui efeito real, uma vez que há uma contrapartida desse custo na receita operacional. Assim, retirando-se o efeito da receita de construção, o custo de operação passaria de R\$ 880,6 milhões em 2009 para R\$ 970,7 milhões em 2010, representando um aumento de 10,2%. Cabe acrescentar que a inflação de 2010, medida pelo IGP-M foi de 11,3%.

#### *Despesas Operacionais*

As despesas operacionais CONSOLIDADAS, compostas de despesas com vendas, gerais e administrativas passaram de R\$ 548,6 milhões em 2009 para R\$ 629,6 milhões em 2010, representando um aumento de 14,8% (R\$ 81,0 milhões), principalmente devido ao aumento de R\$ 90,3 milhões das despesas gerais e administrativas, compensado positivamente pela redução de R\$ 9,4 milhões nas despesas com vendas e outras despesas operacionais. O aumento das despesas com vendas, gerais e administrativas foi devido, em parte pela inflação do período, e também pela implantação de projetos que visam a melhoria da gestão, iniciados no segundo semestre de 2009 e que, até o final de 2010, ainda estavam em fase de implantação.

#### *EBITDA*

O EBITDA da REDE ENERGIA CONSOLIDADO, que representa o resultado operacional calculado a partir do resultado do serviço, acrescido das perdas na desativação e alienação de bens e direitos, constantes na demonstração dos resultados, e ainda acrescido da

depreciação e amortização das demonstrações dos fluxos de caixa, foi de R\$ 1.231,3 milhões em 2010 e R\$ 1.229,5 milhões em 2009, representando um aumento de 0,1% (R\$ 1,8 milhão). A reconciliação dessa variação é a seguinte:

Varição da receita líquida.....	R\$ 1.119,8 milhões (+)
Varição do custo do serviço de energia.....	R\$ 405,4 milhões (-)
Varição do custo de operação e serviços.....	R\$ 635,8 milhões (-)
Varição das despesas operacionais.....	R\$ 80,9 milhões (-)
Varição dos outros resultados.....	R\$ 25,5 milhões (-)
Varição da depreciação e amortização.....	R\$ 29,6 milhões (+)

### *Resultado Financeiro*

O resultado financeiro CONSOLIDADO passou de uma despesa financeira de R\$ 723,3 milhões em 2009 para uma despesa financeira de R\$ 1.095,3 milhões em 2010, representando um aumento de 51,4% (R\$ 372,0 milhões).

R\$ mil	2.010	2.009	Variação	
			R\$ mil	%
<b>Receitas Financeiras</b>				
Receita de juros	165.716	136.507	29.209	21,4%
Varição monetária	284.733	573.848	(289.115)	-50,4%
Ajustes a valor presente	68.011	16.940	51.071	301,5%
Ganho em instrumentos financeiros	161.267	62.355	98.912	158,6%
Operações de swap	67.481	6.517	60.964	935,5%
Ganho na recompra dos bônus perpétuos	-	72.264	(72.264)	-100,0%
Redução de encargos financeiros - Lei 11.941/2009	2.384	241.815	(239.431)	-99,0%
Outras receitas	133.527	102.709	30.818	30,0%
<b>Total Receitas</b>	<b>883.119</b>	<b>1.212.955</b>	<b>(329.836)</b>	<b>-27,2%</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Encargos de dívidas	(607.198)	(485.239)	(121.959)	25,1%
Varição monetária	(320.222)	(142.467)	(177.755)	124,8%
Ajustes a valor presente	(80.532)	(24.241)	(56.291)	232,2%
Perdas em instrumentos financeiros	(339.717)	(652.000)	312.283	-47,9%
Juros e multas	(252.247)	(260.806)	8.559	-3,3%
Operações de swap	(185.207)	(213.728)	28.521	-13,3%
Encargos financeiros - Lei 11.941/2009	(39.288)	(12.590)	(26.698)	212,1%
Outras despesas	(154.029)	(145.190)	(8.839)	6,1%
<b>Total Despesas</b>	<b>(1.978.440)</b>	<b>(1.936.261)</b>	<b>(42.179)</b>	<b>2,2%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(1.095.321)</b>	<b>(723.306)</b>	<b>(372.015)</b>	<b>51,4%</b>

Os itens que mais influenciaram essa variação foram:

- i. redução da receita de encargos financeiros - Lei 11.941/2009 - oriunda de parcelamento de impostos. Em 2009, conforme exposto na tabela acima, foi registrado uma receita não recorrente de R\$ 241,8 milhões, devido ao benefício fiscal decorrente de parcelamento de tributos;
- ii. redução de R\$ 466,8 na variação monetária líquida (em 2009 foi registrada uma receita de R\$ 431,3 milhões e em 2010, uma despesa de R\$ 35,5 milhões). Cabe acrescentar que, de 2008 para 2009, o real valorizou 25,5% frente ao dólar, gerando uma variação monetária líquida de R\$ 557,0 milhões, em 2009;
- iii. aumento de R\$ 122,0 milhões no encargos de dívidas, principalmente em razão do aumento do endividamento financeiro e aumento da taxa de CDI entre 2009 e 2010. Vale acrescentar que 39,9% (R\$ 2.495,0 milhões) do endividamento financeiro total está atrelado à variação da CDI; e
- iv. redução de receita não recorrente no valor de R\$ 72,3 milhões, referente ao ganho na recompra dos bônus perpétuos, registrado em 2009.

#### *Lucro Líquido*

Visto o exposto, o resultado líquido CONSOLIDADO do exercício passou de um lucro de R\$ 8,3 milhões em 2009 para um prejuízo de R\$ 368,8 milhões em 2010.

### **Análise dos Resultados Financeiros do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2009 comparados com Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2008**

#### *Receita Operacional Bruta*

A receita operacional bruta da Companhia, composta pela receita de fornecimento ao consumidor final, fornecimento de energia para revenda (suprimento) e receita do uso do sistema de distribuição ("TUSD") aumentou 24,9%, passando de R\$ 6.075,1 milhões em 2008 para R\$ 7.587,0 milhões em 2009, principalmente devido ao crescimento do mercado em 15,1%, aumento da tarifa média anual em 8,5%; e consolidação da ENERSUL a partir de setembro de 2008, data da aquisição da referida concessionária.

#### *Receita Operacional Líquida*

A receita operacional líquida foi de R\$ 5.044,6 milhões em 2009 e R\$ 3.995,8 milhões em 2008, representando um crescimento de R\$ 1.048,8 milhões ou 26,2%, principalmente devido ao crescimento do mercado, aumento da tarifa média anual, e consolidação da ENERSUL.

### *Custo do Serviço e Despesas Operacionais*

O custo do serviço de energia elétrica, composto de energia elétrica comprada para revenda e encargo do uso do sistema de transmissão e distribuição foi de R\$ 2.864,1 milhões em 2009 e R\$ 1.956,8 milhões em 2008, representando um crescimento de 46,4%. Esse resultado foi influenciado (i) pelo aumento da demanda; (ii) pelo aumento da tarifa média de compra; e pela entrada da ENERSUL a partir de 1º de setembro de 2008, em troca da empresa de geração Rede Lajeado Energia S.A.. (“LAJEADO”)Um dos efeitos dessa permuta foi a migração dos custos operacionais da geradora para a rubrica de custo do serviço de energia elétrica.

O custo da operação passou de R\$ 950,4 milhões em 2008 para R\$ 882,3 milhões em 2009, representando uma redução de 7,2%. As despesas operacionais, compostas de despesas com vendas, gerais e administrativas passaram de R\$ 432,1 milhões em 2008 para R\$ 509,0 milhões em 2009, representando um aumento de 17,8%, percentual esse, inferior aos 26,2% de crescimento da receita operacional líquida.

### *EBITDA<sup>2</sup>*

O EBITDA da Companhia, que representa o resultado operacional calculado a partir do resultado do serviço das demonstrações financeiras, acrescido da depreciação e amortização, foi de R\$ 1.187,6 milhões em 2009 e R\$ 994,0 milhões em 2008, o que representa um crescimento de 19,5% (ou R\$ 193,6 milhões), devido ao aumento de 26,2% da receita operacional líquida, influenciado principalmente pela evolução de 15,1% no mercado consumidor e pelo aumento de 8,5% na tarifa média anual. De 2005 a 2009, o EBITDA cresceu em média 9,6% ao ano.

### *Lucro Líquido*

O lucro líquido do exercício passou de R\$ 179,2 milhões em 2008 para R\$ 20,3 milhões em 2009. Embora o resultado operacional da Companhia tenha melhorado significativamente e os efeitos financeiros da variação monetária em moeda estrangeira tenham sido favoráveis, os efeitos da marcação a mercado – Lei nº 11.638/2007 – colaboraram para a contenção do crescimento do lucro líquido.

Os efeitos da variação cambial e marcação a mercado dos bônus perpétuos são apenas contábeis, uma vez que não haverá liquidação do principal. Desconsiderando-se portanto os efeitos, o resultado líquido consolidado seria de R\$ 291,6 milhões.

---

<sup>2</sup> O EBITDA representa o lucro (prejuízo) líquido excluindo-se os efeitos de resultado em participações societárias, resultado financeiro, resultados não operacionais, impostos de renda, contribuição social, crédito fiscal diferido, participação dos minoritários, depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida sob as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou dos Estados Unidos e não deverá ser considerado como alternativa ao lucro líquido como indicador do resultado operacional nem como alternativa ao caixa operacional como indicador de liquidez. O EBITDA por nós calculado pode não ser comparável ao EBITDA utilizado por outras companhias.



## **Análise das Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 comparadas com 31 de dezembro de 2009**

### ***Ativo Circulante***

#### *Caixa e Equivalentes em Caixa*

Em 31 de dezembro de 2010, os numerários disponíveis e aplicações no mercado aberto totalizaram R\$ 759,7 milhões, comparados a R\$ 414,0 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de R\$ 345,7 milhões ou 83,5%. Esse incremento ocorreu principalmente devido a entrada de recursos para investimentos provenientes do aporte de capital pelo Fundo FI-FGTS na controladora Empresa de Energia Elétrica Vale Paranapanema S.A. e recursos para investimento no programa social Luz Para Todos.

#### *Consumidores*

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta Consumidores e revendedores era de R\$ 1.776,4 milhões, comparados com R\$ 1.426,9 milhões em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento de R\$ 349,5 milhões ou 24,5% ocorreu, principalmente, devido ao crescimento da receita bruta, transferências de saldos do longo para o curto prazo e aumento de R\$ 130,6 milhões, entre 2009 e 2010, referentes às classes de poder, iluminação e serviço público.

#### *Tributos e Contribuições Sociais a Compensar*

Em 31 de dezembro de 2010, o montante de impostos e contribuições sociais a compensar correspondiam a R\$ 216,6 milhões, comparado aos R\$211,6 milhões em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento de R\$ 5,0 milhões ou 2,4% foi substancialmente composto de saldo negativo de Imposto de Renda e Contribuição Social apurados na declaração de ajuste anual de 2010 e anos-calendários anteriores, decorrentes de estimativas pagas a maior.

#### *Aquisição de Combustível – Conta CCC*

Em 31 de dezembro de 2010 e em 31 de dezembro de 2009, nossa conta CCC era de R\$ 73,3 e R\$ 77,6 milhões, respectivamente. Essa redução de R\$ 4,4 milhões ou 5,6% foi em decorrência da redução do consumo de óleo diesel para geração térmica.

### ***Ativo Não Circulante***

#### *Consumidores*

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta consumidores era de R\$ 259,1 milhões, comparados aos R\$ 370,1 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando uma redução de R\$ 111,0 milhões ou 30,0%, devido a transferência de saldos para o curto prazo.

### *Empresas Relacionadas*

Em 31 de dezembro de 2010, nosso realizável em longo prazo contabilizava R\$ 459,8 milhões, comparados aos R\$ 374,1 milhões em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento de R\$ 85,7 milhões ou 22,9% foi principalmente devido a apropriação de juros do período.

### *Créditos Tributários Diferidos*

Em 31 de dezembro de 2010, nossos créditos tributários diferidos totalizaram R\$ 897,5 milhões, comparados aos R\$ 950,3 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando uma redução de R\$ 52,8 milhões ou 5,6%. Os saldos foram obtidos com base em estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/2002.

### *Ativo Financeiro e Intangível*

Nosso ativo financeiro e intangível totalizou R\$ 6.586,7 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de R\$ 360,9 milhões, correspondente a 5,8%, em relação aos R\$ 6.225,8 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2009. O saldo dos investimentos em serviço (obra concluída), líquido de amortização, representou um incremento de R\$ 344,8 milhões, sendo esse o item que mais influenciou no acréscimo do saldo.

### *Passivo Circulante*

#### *Fornecedores*

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta fornecedores era de R\$ 612,1 milhões, comparados aos R\$ 627,7 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando uma redução de R\$ 15,6 milhões ou 2,5%, principalmente devido a redução de R\$ 26,8 milhões nos custos dos encargos de uso do sistema.

#### *Impostos, Contribuições Sociais e Parcelamentos*

Os impostos, contribuições sociais e parcelamentos a recolher totalizaram R\$ 573,7 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de R\$ 39,9 milhões ou 7,5% em relação aos R\$ 533,8 milhões em 31 de dezembro de 2009, basicamente em decorrência do aumento dos impostos correntes.

#### *Empréstimos, Financiamentos e Debêntures*

A conta empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos totalizou R\$ 1.801,8 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um acréscimo de R\$ 606,6 milhões ou 50,7% em comparação aos R\$ 1.195,2 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento basicamente decorrente de: (i) aumento de R\$ 36,9 milhões no saldo de recompra

de ações (na subsidiária Tangará Energia S.A.); (ii) aumento de R\$ 481,9 milhões no capital de giro; e (iii) aumento de R\$ 81,9 milhões no saldo das debêntures

#### *Indenização Trabalhista*

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de curto prazo referente às indenizações trabalhistas Plano Bresser e Plano de Classificação de Cargos e Salários (PCCS), na subsidiária CELPA, aumento R\$ 1,5 milhão, passando de R\$ 76,6 milhões em 2009 para R\$ 78,1 milhões em 2010, principalmente devido a marcação a mercado do Plano Bresser.

#### *Passivo Não Circulante*

##### *Impostos, Contribuições Sociais e Parcelamentos*

Nossos tributos, contribuições sociais e parcelamentos a recolher em longo prazo totalizaram R\$ 513,2 milhões em 31 de dezembro de 2010. Houve uma redução de R\$ 75,5 milhões (12,8%) em relação aos R\$ 588,7 milhões em 31 de dezembro de 2009. Essa variação decorreu principalmente da redução dos impostos parcelados, devido a amortização.

##### *Empréstimos, Financiamentos e Debêntures*

A conta empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de longo prazo totalizou R\$ 4.445,0 milhões em 31 de dezembro de 2010. Houve um crescimento de R\$ 527,5 milhões ou 13,5% comparados aos R\$ 3.917,5 milhões de 31 de dezembro de 2009. Esse crescimento deve-se principalmente a: (i) aumento de R\$ 111,2 milhões no saldo do BNDES, devido a captação de R\$ 140 milhões ocorrida no segundo semestre de 2010; (ii) aumento de R\$ 174,2 milhões no saldo Eletrobrás, principalmente devido ao Programa Luz Para Todos; (iii) aumento de R\$ 70,8 milhões no capital de giro; e (iv) aumento de R\$ 180,9 milhões no saldo das debêntures, devido a emissão de R\$ 250 milhões ocorrida no período, na controlada Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT.

##### *Empresas Relacionadas*

Em 31 de dezembro de 2010, nosso exigível a longo prazo totalizou R\$ 186,9 milhões comparados aos R\$ 210,4 milhões em 31 de dezembro de 2009. Essa redução de R\$ 23,5 milhões ou 11,2% foi principalmente devido a amortização parcial do passivo com a controladora Empresa de Energia Elétrica Vale Paranapanema S.A.

##### *Indenização Trabalhista – Plano Bresser*

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo devedor referente a indenizações trabalhistas (Plano Bresser e PCCS) totalizou R\$ 98,0 milhões, comparados aos R\$ 157,3 milhões em 31 de dezembro de 2009. Essa redução de R\$ 59,3 milhões ou 37,7% ocorreu principalmente devido a transferência para o curto prazo, devido a amortização do principal.

### *Encargos Tributários Sobre Reserva de Reavaliação*

Nossos encargos tributários sobre reserva de reavaliação a recolher em longo prazo totalizaram R\$ 446,2 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando uma queda de R\$ 17,6 milhões ou 3,8% em relação aos R\$ 463,7 milhões em 31 de dezembro de 2009, devido a amortização da reserva por desgaste natural do bem reavaliado.

### *Participação de Acionistas Não Controladores*

Em 31 de dezembro de 2010, nossas participações de acionistas não controladores totalizaram R\$ 1.336,4 milhões, comparados aos R\$ 1.382,8 milhões em 31 de dezembro de 2009. Essa redução de R\$ 46,4 milhões ou 3,4%, decorreu principalmente do resultado líquido das controladoras da Companhia.

### *Patrimônio Líquido*

Em 31 de dezembro de 2010, o patrimônio líquido foi de R\$ 2.018,8 milhões, comparados aos R\$ 2.434,0 milhões de 31 de dezembro de 2009. Essa redução de R\$ 415,3 milhões ou 17,1% foi principalmente devido aos prejuízo acumulados que, em 2010, somaram R\$ 498,8 milhões e em 2009, R\$ 160,8 milhões. Considerando-se portanto os recursos destinados a aumento de capital, oriundos do aporte do Fundo FI-FGTS na controladora Vale Paranapanema, o patrimônio líquido foi de R\$ 2.649,6 milhões em 2010 e R\$ 2.434,0 milhões em 2009, representando um aumento de R\$ 215,5 milhões ou 8,9%.

## **Análise das Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2009 comparadas com 31 de dezembro de 2008**

### *Ativo Circulante*

#### *Numerário Disponível e Aplicações No Mercado Aberto*

Em 31 de dezembro de 2009, os numerários disponíveis e aplicações no mercado aberto totalizaram R\$ 414,0 milhões, comparados a R\$ 396,0 milhões em 31 de dezembro de 2008, representando um aumento de R\$ 18,0 milhões ou 4,5%. Esse incremento ocorreu principalmente devido a entrada de recursos para investimentos, em especial, aqueles ligados ao programa social Luz Para Todos.

### *Consumidores*

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo da conta Consumidores e revendedores era de R\$ 1.450,6 milhões, comparados com R\$ 1.283,6 milhões em 31 de dezembro de 2008. Esse aumento de R\$ 167,0 milhões ou 13,0% ocorreu, principalmente, devido ao crescimento da receita bruta, melhorando inclusive a relação entre a receita operacional bruta anual dividida pelo saldo da conta consumidores, do ativo circulante, que passou de 4,7 vezes em 2008 para 5,2 vezes em 2009.

### *Tributos e Contribuições Sociais a Compensar*

Em 31 de dezembro de 2009, o montante de tributos e contribuições sociais a compensar correspondiam a R\$ 211,6 milhões, comparado a R\$157,0 milhões em 31 de dezembro de 2008. Esse aumento de R\$ 54,5 milhões ou 34,7% é substancialmente composto de saldo negativo de Imposto de Renda e Contribuição, bem como ICMS a compensar, esse último sobre aquisição de bens.

### *Aquisição de Combustível – Conta CCC*

Em 31 de dezembro de 2009 e em 31 de dezembro de 2008, nossa conta CCC era de R\$ 77,6 e R\$ 19,2 milhões, respectivamente. Esse aumento de R\$ 58,4 milhões ou 303,7% ocorreu em decorrência do aumento de consumo e custo de óleo diesel por geração térmica.

### *Ativo Não Circulante*

#### *Consumidores*

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo da conta consumidores e revendedores era de R\$ 347,7 milhões, comparados aos R\$ 332,0 milhões em 31 de dezembro de 2008, representando um aumento de R\$ 15,7 milhões ou 4,7%, devido ao crescimento da receita bruta, melhorando inclusive a relação entre a receita operacional bruta anual dividida pelo saldo da conta consumidores, do ativo não circulante, que passou de 18,3 vezes em 2008 para 21,8 vezes em 2009.

#### *Empresas Relacionadas*

Em 31 de dezembro de 2009, nosso realizável em longo prazo contabilizava R\$ 374,1 milhões referentes a empresas relacionadas, comparados aos R\$ 316,7 milhões em 31 de dezembro de 2008. Esse aumento de R\$ 57,4 milhões ou 18,1% foi principalmente devido a apropriação de juros em período de carência dos contratos.

#### *Créditos Tributários Diferidos*

Em 31 de dezembro de 2009, nossos créditos tributários diferidos totalizaram R\$ 761,8 milhões, comparados aos R\$ 1.074,5 milhões em 31 de dezembro de 2008. Essa redução de R\$ 312,7 milhões ou 29,1% foi principalmente devido à reversão dos créditos fiscais na Rede Holding e utilização pelas suas subsidiárias de prejuízos fiscais e base negativa da Contribuição Social.

#### *Investimentos*

Em 31 de dezembro de 2009, nossos investimentos totalizaram R\$ 172,0 milhões, comparados a R\$ 176,1 em 31 de dezembro de 2008, que representou uma redução de R\$ 4,1 milhões ou 2,3%, indicando que não ocorreu qualquer evento relevante entre os períodos analisados.

### *Imobilizado – Líquido*

Nosso imobilizado líquido totalizou R\$ 5.828,3 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando uma redução de R\$ 183,6 milhões, correspondente a 3,1%, em relação aos R\$ 6.011,9 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2008. O item que mais influenciou a variação dessa conta foi a obrigação vinculada à concessão, devido a expansão e manutenção que a REDE ENERGIA vem promovendo da sua área de atendimento, principalmente nos estados do Pará, Mato Grosso e Tocantins, com recursos subsidiados, para atendimento ao Programa Luz Para Todos.

### *Passivo Circulante*

#### *Fornecedores*

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo da conta fornecedores era de R\$ 627,8 milhões, comparados aos R\$ 535,0 milhões em 31 de dezembro de 2008, representando um aumento de R\$ 92,8 milhões ou 17,4%, principalmente devido aos seguintes fatores: aumento da compra de energia elétrica e encargos de uso do sistema, para atendimento ao crescimento da demanda, bem como aumento da compra de materiais.

#### *Tributos, Contribuições Sociais e Parcelamentos*

Os tributos, contribuições sociais e parcelamentos a recolher totalizaram R\$ 533,8 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de R\$ 124,6 milhões ou 30,4% em relação aos R\$ 409,3 milhões em 31 de dezembro de 2008. Esse aumento é substancialmente decorrente do aumento do saldo de curto prazo dos parcelamentos de ICMS, que passaram de R\$ 5,7 milhões em 2008 para R\$ 56,5 milhões em 2009; parcelamento de COFINS, que agregou R\$ 14,6 milhões em 2009; e aumento do ICMS e COFINS corrente que, juntos passaram de R\$ 210,3 milhões em 2008 para R\$ 275,2 milhões em 2009.

#### *Empréstimos, Financiamentos e Debêntures*

A conta empréstimos, financiamentos e debêntures totalizou R\$ 1.136,0 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um acréscimo de R\$ 120,6 milhões ou 11,9% em comparação aos R\$ 1.015,4 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2008. Esse aumento substancialmente é referente ao aumento de capital de giro, financiamentos com a Eletrobrás, e captações junto ao BID, sendo esse último para investimentos no Estado do Tocantins.

#### *Indenização Trabalhista*

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo de curto prazo referente às indenizações trabalhistas Plano Bresser e Plano de Classificação de Cargos e Salários (PCCS), na subsidiária CELPA, reduziu em R\$ 13,0 milhões, passando de R\$ 89,6 milhões em 2008 para R\$ 76,6 milhões em 2009, principalmente devido a marcação a mercado do Plano Bresser.

## *Passivo Não Circulante*

### *Tributos, Contribuições Sociais e Parcelamentos*

Nossos tributos, contribuições sociais e parcelamentos a recolher em longo prazo totalizaram R\$ 551,5 milhões em 31 de dezembro de 2009. Houve uma redução de R\$ 300,0 milhões (35,2%) em relação aos R\$ 851,4 milhões em 31 de dezembro de 2008. Essa variação decorreu principalmente em virtude da adesão ao novo parcelamento instituído pela Lei 11.941 de 27/05/2009, com reduções de multas de mora e ofício, multas isoladas, juros de mora e encargo legal.

### *Empréstimos, Financiamentos e Debêntures*

A conta empréstimos, financiamentos e debêntures em longo prazo totalizou R\$ 3.881,7 milhões em 31 de dezembro de 2009. Houve um crescimento de R\$ 412,4 milhões ou 11,9% comparados aos R\$ 3.469,3 milhões de 31 de dezembro de 2008. Esse crescimento deve-se principalmente às debêntures, uma vez que, excluindo-se esse saldo no ano de 2009, a variação da conta empréstimos e financiamentos seria de apenas 1,3%.

### *Empresas Relacionadas*

Em 31 de dezembro de 2009, nosso exigível a longo prazo totalizou R\$ 210,4 milhões comparados aos R\$ 214,7 milhões em 31 de dezembro de 2008. Essa redução de R\$ 4,4 milhões ou 2,0% foi principalmente devido a amortização parcial do passivo com a controladora Vale Holding.

### *Indenização Trabalhista – Plano Bresser*

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo devedor referente a indenizações trabalhistas (Plano Bresser e PCCS) totalizou R\$ 157,3 milhões, comparados aos R\$ 208,7 milhões em 31 de dezembro de 2008. Essa redução de R\$ 51,4 milhões ou 24,6% ocorreu principalmente devido a marcação a mercado do Plano Bresser.

### *Encargos Tributários Sobre Reserva de Reavaliação*

Nossos encargos tributários sobre reserva de reavaliação a recolher em longo prazo totalizaram R\$ 440,0 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando uma queda de R\$ 98,4 milhões ou 18,3% em relação aos R\$ 538,5 milhões em 31 de dezembro de 2008, devido a amortização da reserva por desgaste natural do bem reavaliado.

### *Participação de Acionistas Não Controladores*

Em 31 de dezembro de 2009, nossas participações de acionistas não controladores totalizaram R\$ 1.502,0 milhões, comparados aos R\$ 1.372,2 milhões em 31 de dezembro de 2008. Esse aumento de R\$ 129,8 milhões ou 9,5%, decorreu principalmente do resultado líquido das controladoras da Companhia.

### *Patrimônio Líquido*

Em 31 de dezembro de 2009 o patrimônio líquido foi de R\$ 1.128,5 milhões, comparados aos R\$ 1.108,2 milhões de 31 de dezembro de 2008. Esse aumento de R\$ 20,3 milhões ou 1,8% foi devido aos seguintes fatores: redução do saldo das reservas de reavaliação de R\$ 559,4 milhões em 2008 para R\$ 442,2 milhões em 2009 e redução dos prejuízos acumulados de R\$ 170,2 milhões em 2008 para R\$ 32,7 milhões em 2009.

### *Reserva de Reavaliação*

Em 31 de dezembro de 2009, nossa reserva de avaliação totalizou R\$ 442,2 milhões, comparados aos R\$ 559,4 milhões em 31 de dezembro de 2008. Essa diminuição de R\$ 117,2 milhões ou 21,0% decorreu da realização da reserva nas controladas da Companhia.

### *Prejuízos Acumulados*

Em 31 de dezembro de 2009, os prejuízos acumulados totalizaram R\$ 32,7 milhões, comparados aos R\$ 170,2 milhões em 31 de dezembro de 2008. Essa diminuição de R\$ 137,5 milhões ou 80,8% decorreu da apropriação do resultado do exercício.

## **REDE ENERGIA S.A. (Companhia)**

### **Análise dos Resultados Financeiros do Exercício de 2010 comparados com 2009**

#### *Resultado de Participações Societárias*

A Companhia, como holding, obtém sua receita a partir dos resultados de suas controladas. Em 2010, o resultado de participações societárias foi uma despesa de R\$ 47,5 milhões contra um receita de R\$ 230,1 milhões em 2009. Essa melhora foi em razão da evolução dos resultados de suas subsidiárias, conforme demonstrado abaixo:

	<b>Companhia</b>	
	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>
<b>Controlada</b>		
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	1.973	10.272
Companhia Nacional de Energia Elétrica	6.725	4.971
Companhia Força e Luz do Oeste	12.762	4.884
Cia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS	24.338	25.843
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT	4.993	48.037
QMRA Participações S.A.	(114.048)	6.813
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA	(12.510)	13.468
Tangará Energia S.A.	(4.567)	5.965
Rede Power do Brasil S.A.	16.696	52.965
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	(13.373)	133
Emp. de Distrib. de Energia Vale Paranapanema S.A.	10.026	10.579
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL	32.101	51.556
Rede Comercializadora de Energia S.A.	(5.970)	4.594
Rede de Eletricidade e Serviço S.A.	2.136	1.132
Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A.	637	(3.204)
<b>Subtotal</b>	<b>(38.081)</b>	<b>238.008</b>
Amortização de ágio	(9.383)	(7.934)
<b>Total</b>	<b>(47.464)</b>	<b>230.074</b>



## **Análise dos Resultados Financeiros do Exercício de 2009 comparados com 2008**

### *Resultado de Participações Societárias*

A Companhia, como *holding*, obtém sua receita a partir dos resultados de suas controladas. Em 2009, o resultado de participações societárias foi uma receita de R\$ 242,1 milhões contra uma despesa de R\$ 22,5 milhões em 2008. Essa melhora foi em razão da evolução dos resultados de suas subsidiárias, conforme demonstrado abaixo:

<b>Participações em controladas</b>	<b>2.009</b>	<b>2.008</b>
Bragantina	6.731	3.768
Nacional	2.009	(2.137)
Força e Luz do Oeste	4.790	(1.267)
Celtins	19.982	10.836
Cemat	55.034	33.617
Qmra Participações	15.522	(61.133)
Celipa	14.545	(436)
Rede Lajeado	-	12.071
Tangará	12.879	6.355
Rede Power	44.391	3.306
Caiuá	13.541	(17.534)
Vale Paranapanema	11.225	2.108
Enersul	38.583	(3.809)
Rede Comercializadora	4.595	(5.760)
Rede Eletricidade	1.507	6.602
Vale do Vacaria	(3.204)	-
Investco	-	871
Amortização de ágio	-	(9.924)
<b>Total (R\$ mil)</b>	<b>242.130</b>	<b>(22.466)</b>

## **Análise das Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 comparadas com 31 de dezembro de 2009**

### *Passivo Circulante*

#### *Empréstimos, Financiamentos e Debêntures*

Com relação aos empréstimos, financiamentos e debêntures o saldo em 2010 foi de R\$ 322,4 milhões, representando um aumento de R\$ 183,1 milhões ou 131,5% em relação aos R\$ 139,3 milhões de 2009. Esse aumento foi principalmente devido às seguintes variações: (i) redução de R\$ 9,3 milhões no saldo com o BNDES; e (ii) aumento de R\$ 201,9 milhões no capital de giro.

### *Passivo Não Circulante*

#### *Empréstimos, Financiamentos e Debêntures*

Com relação ao saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures totalizou R\$ 1.469,5 milhões em 2010, representando um aumento de R\$ 176,8 milhões ou 13,7% em relação

aos R\$ 1.292,7 milhões de 2009. Esse incremento foi principalmente devido às seguintes variações: (i) redução de R\$ 24,8 milhões no saldo do BNDES; (ii) aumento de R\$ 50,7 milhões no capital de giro; e (iii) aumento de R\$ 149,4 milhões no saldo dos bônus perpétuos (líquido da marcação a mercado).

## **Análise das Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2009 comparadas com 31 de dezembro de 2008**

### ***Passivo Circulante***

#### *Empréstimos, Financiamentos e Debêntures*

Com relação aos empréstimos, financiamentos e debêntures o saldo em 2009 foi de R\$ 139,3 milhões, representando uma redução de R\$ 70,2 milhões ou 33,5% em relação aos R\$ 209,5 milhões de 2008. Essa redução foi principalmente devido ao saldo de capital de giro que reduziu R\$ 78,8 milhões ou 45,2%, passando de R\$ 174,2 milhões em 2008 para R\$ 95,4 milhões em 2009.

### ***Passivo Não Circulante***

#### *Empréstimos, Financiamentos e Debêntures*

Com relação ao saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures totalizou R\$ 1.292,7 milhões em 2009, representando um aumento de R\$ 437,2 milhões ou 51,1% em relação aos R\$ 855,5 milhões de 2008. Esse incremento foi principalmente devido ao saldo dos bônus perpétuos que, líquido da marcação a mercado, passou de R\$ 540,9 milhões em 2008 para R\$ 661,5 milhões em 2009 e captação por meio de debêntures em dezembro de 2009.

## **10.2. Os diretores devem comentar:**

### **a. resultados das operações do emissor, em especial:**

#### **i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

O fornecimento de Energia Elétrica em 2010 cresceu 7,5% em relação ao exercício anterior, passando de 18.405 GWh em 2009 para 19.788 GWh em 2010. A classe residencial, responsável por 35,1% do consumo total, apresentou uma evolução de 8,7%. Já a classe industrial, a segunda mais representativa com participação de 21,7% do consumo total, registrou um crescimento de 6,8% GWh. A classe comercial, a terceira maior classe em representatividade, com uma participação de 21,0% do consumo total, apresentou um aumento de 7,6%.

R\$ milhões	Em 31 de Dezembro de		
	2010	2009	2008
Receita Bruta	9.730,6	8.288,2	6.075,1
Deduções	2.869,8	2.547,3	2.079,4
Receita Líquida	6.860,7	5.741,0	3.995,8

## ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia possui principalmente os seguintes fatores:

- alteração nos custos da Companhia, incluído o preço de energia;
- alterações nas tarifas de energia que a Companhia poderá cobrar de seus clientes decorrente de revisão e reajustes tarifários homologados pela ANEEL;
- disponibilidade de energia para atendimento sem restrições ao mercado;
- condições econômicas no Brasil em geral e nas áreas de concessão da Companhia;
- mudanças na regulação e legislação do setor elétrico;
- resultados das disputas judiciais e contingências; e
- variação cambial e de taxa de juros.

R\$ Milhões	2010	%	2009	%	2008
Receita Bruta	9.730,6	17,4%	8.288,2	36,4%	6.075,1
Deduções da Receita Bruta	(2.869,8)	12,7%	(2.547,3)	22,5%	(2.079,4)
<b>Receita Líquida</b>	<b>6.860,7</b>	<b>19,5%</b>	<b>5.741,0</b>	<b>43,7%</b>	<b>3.995,8</b>
<b>Custos e Despesas Operacionais</b>	<b>(3.665,1)</b>	<b>24,7%</b>	<b>(4.866,1)</b>	<b>47,7%</b>	<b>(3.293,5)</b>
Energia Elétrica Comprada	(275,4)	88,8%	(2.456,6)	41,7%	(1.733,8)
Encargos de uso do sistema	(430,6)	33,7%	(322,0)	44,4%	(222,9)
Pessoal	(266,5)	31,3%	(202,9)	20,0%	(253,6)
Material	(32,9)	16,7%	(39,5)	11,4%	(35,4)
Matéria prima	(266,5)	27,6%	(208,8)	22,1%	(268,1)
Serviços de terceiros	(344,6)	1,7%	(338,9)	13,6%	(298,2)
Depreciação e amortização	(378,7)	7,1%	(353,5)	9,1%	(324,0)
Subvenção CCC	235,6	23,6%	308,5	12,3%	274,7
Custo de Construção	(1.276,0)	81,3%	(703,7)		-
Despesas com vendas	(183,3)	-1,9%	(186,8)	29,6%	(144,2)
Despesas gerais e administrativas	(433,8)	26,3%	(343,5)	27,4%	(269,7)
Outras despesas operacionais	(12,4)	32,1%	(18,3)	0,4%	(18,2)
<b>Resultado do Serviço</b>	<b>786,1</b>	<b>-0,3%</b>	<b>788,5</b>	<b>27,3%</b>	<b>1.084,8</b>

- Aumento do custo com energia elétrica comprada para revenda influenciado por:
  - (i) aumento no volume de energia comprada para revenda, em decorrência do crescimento de mercado no fornecimento de energia elétrica;
  - (ii) reajuste anual do preços da energia comprada para revenda;
  - (iii) novos contratos de compra de energia elétrica (hidráulicas e térmicas), firmados em função do crescimento do mercado, cujo preço se apresenta mais elevado em comparação com os contratos provenientes de energia existente (fontes hidráulicas).
  
- Aumento dos encargos de uso do sistema de transmissão devido principalmente ao aumento na tarifa de uso do encargo do Sistema Interligado Nacional, reajustado anualmente.
  
- Aumento dos encargos setoriais do setor elétrico, que são contribuições definidas em Lei como parte das políticas de Governo para o Setor Elétrico. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica.
  
- Aumento das despesas gerais e administrativa devido a implantação de programas de centralização das atividades operacionais e otimização de processos.

**b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Segundo a metodologia de cálculo dos reajustes tarifários anuais, parte significativa das oscilações nos itens mencionados na sessão 10.2.a.ii afetará adversamente o fluxo de caixa da Companhia, porém, não afetarão simultaneamente a demonstração de resultados da Companhia. Este efeito decorre do mecanismo de constituição de contas patrimoniais ativas e passivas de CVA, onde diferenças positivas ou negativas entre as tarifas cobradas e os custos incorridos pela Companhia são controladas para repasse às tarifas no cobradas dos consumidores, no ciclo tarifário seguinte aquele em que ocorreram as variações.

As variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços não tem impacto na estrutura de capital da Companhia.

<b>CEMAT</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
	Reajuste anual	Reajuste anual	Revisão periódica
Tipo de alteração	(%)	(%)	(%)
Aumento aplicado	7,34	15,99	-3,26
Fator X	-0,97	0,18	0,00
<b>CELPA</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
	Reajuste anual	Reajuste anual	Reajuste anual
Tipo de alteração	(%)	(%)	(%)
Aumento aplicado	15,83	8,63	17,24
Fator X	0,82	0,70	4,9398
<b>CELTINS<sup>(1)</sup></b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
	Reajuste anual	Reajuste anual	Revisão periódica
Tipo de alteração	(%)	(%)	(%)
Aumento aplicado	6,61	2,15	0,25
Fator X	4,29	-0,37	0,83
<b>ENERSUL</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
	Reajuste anual	Reajuste anual	Revisão periódica
Tipo de alteração	(%)	(%)	(%)
Aumento aplicado	-1,36	13,60	-3,75
Fator X	-0,85	0,3424	0,15
<b>REDESUL/SUDESTE</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
	Reajuste anual	Reajuste anual	Revisão
Tipo de alteração	(%)	(%)	periódica (%)
Aumento aplicado			
Caiuá	11,11	15,32	-9,73
EEB	12,66	23,47	8,70
CNEE	17,57	14,49	-1,95
CFLO	4,35	6,99	-4,96
EDEVP	-3,49	11,13	-4,75
Fator X			
Caiuá	0,33	1,30	1,26
EEB	-0,94	-0,03	0,00
CNEE	-1,09	-0,04	0,00
CFLO	4,24	0,37	0,47
EDEVP	0,34	1,39	1,33

**c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia são afetados pela inflação, pelas tarifas praticadas nos leilões de venda de energia que refletem oferta e demanda, além das características da fonte da energia comercializada, as oscilações nas tarifas cobradas dos consumidores e os encargos setoriais ambos homologados anualmente pela ANEEL, sendo que as variações são reconhecidas nas tarifas cobradas dos consumidores por meio do mecanismo de CVA. Desta forma, a maioria de seus custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de medição da inflação, exceto pela tarifa de compra de energia das quotas de Itaipu que é denominada em dólar, sendo as variações da taxa de câmbio desse contrato também são reconhecidas nas tarifas de distribuição por meio do mecanismo da CVA. Além disso, a Companhia está exposta às taxas de juros cobradas nos financiamentos e não possui dívida denominada em moeda estrangeira.

Tendo em vista que a Companhia é a controladora de nove empresas de distribuição de energia elétrica, uma comercializadora e uma geradora, seus resultados advêm das operações destas empresas. As variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços podem ter impacto na capacidade de pagamento dos compromissos financeiros da Companhia. Desta forma: (i) um aumento no preço da energia vendida aumentará a receita operacional da Companhia, gerando recursos adicionais e receita financeira para a Companhia; (ii) flutuações na taxa de câmbio poderão aumentar (ou reduzir, conforme o caso) o serviço de dívida e criar despesa (ou receita) financeira para a Companhia. A compra de energia de Itaipu, para o suprimento parcial de nossas distribuidoras (exceto Celpa e Celtins) é realizada por preços em dólares, e uma desvalorização do real criará despesa operacional nas distribuidoras e, por consequência na Companhia. Em ambos os casos existem mitigadores. No caso do serviço de dívida, parte da dívida em moeda estrangeira está protegida por mecanismos de “hedge”. No caso de Itaipu, a variação cambial é integralmente repassada na tarifa de energia distribuída; (iii) a inflação (IGP-M) é integralmente repassada na tarifa, de modo que seu efeito no resultado operacional da Companhia é mitigado; (iv) alterações na quantidade de energia vendida poderão prejudicar a capacidade da Companhia pagar seus compromissos financeiros no caso de redução relevante do volume de energia distribuída; (v) as operações no ACL podem causar perdas à companhia se não estiverem devidamente lastreadas por contratos de compra de energia e análises de risco de créditos de clientes previamente realizadas por entidades independentes; (vi) não acreditamos que potenciais novos produtos ou serviços venham a ter um impacto relevante na capacidade da Companhia de pagar seus compromissos financeiros.

R\$ Milhões	2010	%	2009	%	2008
<b>Receitas Financeira</b>					
Renda de aplicações financeiras	43,2	120,0%	19,6	-60,8%	50,1
Juros ativos	122,5	4,8%	116,9	-22,5%	150,8
<u>Acréscimos moratórios</u>	115,2	36,8%	84,2	28,8%	65,4
Ajuste a valor presente	68,0	301,5%	16,9	-65,8%	49,6
Variação monetária	284,7	-50,4%	573,8	2211,6%	24,8
Operações de swap	228,7	232,1%	68,9	-18,7%	84,8
Ganho recompra bonus perpetuo	-		72,3		-
Ajuste Lei 11.941/2009 ou Lei 11.638/2007	2,4	-99,0%	241,8	-69,0%	780,4
Outras receitas financeiras	18,4	-0,7%	18,5	150,6%	7,4
<b>Total de Receitas Financeiras</b>	<b>883,1</b>	<b>-27,2%</b>	<b>1.213,0</b>	<b>0,0%</b>	<b>1.213,3</b>
<b>Despesa Financeiras</b>					
Encargos de dividas	(607,2)	25,1%	(485,2)	4,8%	(462,9)
Variação monetária	(320,2)	124,8%	(142,5)	-77,1%	(621,3)
Ajuste a valor presente	(80,5)	232,2%	(24,2)		-
Juros e multas	(252,2)	-3,3%	(260,8)	72,9%	(150,8)
Operações de swap	(524,9)	-39,4%	(865,7)	2403,0%	(34,6)
Ajuste Lei 11.941/2009	(39,3)	212,1%	(12,6)	-56,8%	(29,2)
Outras despesas financeiras	(154,0)	6,1%	(145,2)	60,8%	(90,3)
<b>Total de Despesas Financeiras</b>	<b>(1.978,4)</b>	<b>2,2%</b>	<b>(1.936,3)</b>	<b>39,4%</b>	<b>(1.389,0)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(1.095,3)</b>	<b>51,4%</b>	<b>(723,3)</b>	<b>311,8%</b>	<b>(175,7)</b>

### Comentário do Exercício 2010 verso do Exercício 2009:

Um dos fatores que mais impactou o resultado financeiro da companhia foi a variação das despesas referentes aos Ajustes da Lei 11.638/2007, em especial da marcação a mercado dos bônus perpétuos, devido a sua valorização entre exercício de 2010 e exercício de 2009. Outro fator que influenciou a variação do resultado financeiro entre os períodos analisados, foram as receitas financeiras não recorrentes, oriundas do ganho na recompra dos bônus perpétuos (R\$ 72,3 milhões) e da redução de encargos financeiro – Lei 11.941/09 (R\$ 244,8 milhões) registrados nos exercício de 2009.

### Comentário do Exercício 2009 verso do Exercício 2008:

O ano de 2009 foi marcado por momentos de instabilidade no cenário econômico internacional decorrente da crise financeira iniciada em 2008. Em relação à economia brasileira, ainda que com menor intensidade, os efeitos dessa crise se fizeram presente. Entretanto, o Governo adotou medidas para estimular o consumo, como a redução nas taxas de juros e concessão de incentivos fiscais. O produto interno bruto não registrou crescimento real neste ano, contrastando com um crescimento anual de aproximadamente 4,8% entre 2004 e 2008. A taxa média de câmbio em 2009 foi de 1,74, evidenciando uma queda de 25% em relação à registrada no exercício anterior. A taxa básica de juros, Selic, também manteve a tendência de queda, fechando o ano em 9,05% contra 13,75% de 2008. A inflação se manteve dentro da meta estabelecida pelo Governo Federal, fechando o ano em 4,31%, segundo o Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. O IGPM, índice utilizado como indexador para o reajuste das tarifas de energia elétrica, fechou o ano com uma deflação de 1,72%, a primeira queda anual desde o início da série histórica em 1989.

### **10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

#### **a. introdução ou alienação de segmento operacional**

Em dezembro de 2009, foi assinado “Contrato Condicional de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças” entre a Rede Power do Brasil S.A. (“REDE POWER”), T4U Brasil Ltda (“T4U”), Juruena Energia S.A. (“JURUENA”) e REDE ENERGIA, em que, a REDE POWER vendeu à T4U, 100% das ações que detinha da JURUENA, ao preço total de R\$ 29,5 milhões. Cabe acrescentar que a REDE POWER é uma Companhia holding, controlada pela REDE ENERGIA, e que detinha 100,00% do capital total e votante da Companhia de geração JURUENA, cujos principais ativos operacionais eram a PCH Juína e CGH Aripuana, localizadas nos Municípios de Juína e Aripuanã, Estado do Mato Grosso, com capacidade instalada de 5,1 MW e 0,8 MW, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2009, a receita líquida da JURUENA era de R\$ 7,2 milhões e a receita líquida da REDE ENERGIA consolidado era de R\$ 5.044,6 milhões. A receita líquida da JURUENA representava 0,1% da receita líquida da REDE ENERGIA consolidado.

Em 31 de dezembro de 2009, o total de ativos da JURUENA era de R\$ 19,8 milhões e o total de ativos da REDE ENERGIA consolidado era de R\$ 11.673,8 milhões. O total de ativos da JURUENA representava 0,2% do total de ativos da REDE ENERGIA consolidado.

Tendo em vista a representabilidade da JURUENA tanto na receita líquida quanto no total de ativos em relação a REDE ENERGIA não apresenta efeitos significativos.



## **b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Em setembro de 2008, mediante uma operação de troca de ativos, a REDE ENERGIA adquiriu a Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL. Essa distribuidora de energia elétrica agregou, em 2010, R\$ 1.631,3 milhões em receita bruta, um EBITDA de R\$ 257,1 milhões e um lucro líquido de R\$ 85,4 milhões.

## **c. eventos ou operações não usuais**

Não há qualquer evento ou operação não usual, seja na própria Companhia, seja em suas subsidiárias.

## **10.4. Os diretores devem comentar:**

### **a. mudanças significativas nas práticas contábeis**

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2008, a Companhia e suas Controladas adotaram pela primeira vez as alterações na Legislação Societária introduzidas pela Lei nº. 11.638 de 28 de dezembro de 2007, e pela Medida Provisória nº. 449 de 3 de dezembro de 2008.

As alterações efetuadas na Lei das Sociedade por Ações tiveram como principal objetivo sua atualização, o que possibilitará o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil, com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo IASB (*International Accounting Standard Board*). As mudanças introduzidas na Lei das Sociedade por Ações causaram efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas, entre tais se destaca os seguintes efeitos:

- Os ativos registrados no ativo imobilizado e intangíveis foram submetidos a teste de “*impairment*” conforme requerido pela Deliberação CVM nº. 527/2007, concluindo que nenhum ajuste era necessário;
- A Companhia e as suas controladas, procederam a análise da conta intangível, mantendo-se apenas aquelas contas que atendem a definição de intangível conforme a Deliberação 553/08;
- Os contratos de arrendamentos mercantis, que transferem riscos e benefícios foram analisados e registrados como ativo imobilizado, em atendimento a Deliberação CVM nº 554/08;
- Os custos de captações de empréstimos e financiamentos e emissão de títulos foram reclassificados como redutores dos respectivos passivos, sendo que suas apropriações passaram a ser feitas com base na taxa efetiva de juros, conforme Deliberação 556/08;

- Para as contas de ativo e passivo de longo prazo, procedeu-se a devida análise dos itens suscetíveis de ajuste a valor presente, conforme Deliberação CVM 564/08, concluindo que os principais efeitos estão relacionados com as rubricas “Consumidores”, “Impostos e Contribuições a Compensar” e “Indenização Trabalhista – Plano Bresser”;
- A Companhia e as suas controladas possuem diversos instrumentos financeiros. Após a análise dos mesmos, adotou-se a mensuração dos derivativos representados por contratos de SWAP, pelo valor justo por meio do resultado, e designou o Bônus Perpétuo como “instrumentos financeiros designado no reconhecimento inicial, como mensurado a valor justo por meio de resultado” conforme Deliberação 566/08;
- Os efeitos ocorridos nas Controladas estão refletidos no Patrimônio Líquido e resultado na proporção da participação no capital social.

A Companhia e as suas controladas não procederam, para fins de comparação, o ajuste retroativo de suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2007. Desta forma, os ajustes quando referentes a sua mensuração inicial, retroagiram aos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2008, conforme permitido pela Deliberação. 565/08.

#### **b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Os efeitos no resultado de 2008 e no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2007, em função da adoção inicial da Lei nº. 11.638/2007 e Medida Provisória nº. 449/2008, são apresentados a seguir:

	<u>Patrimônio Líquido Dez/07</u>	<u>Resultado 2008</u>
<b>Saldos anteriores aos ajustes da Lei 11.638/07 e MP 449/08</b>	<b>838.236</b>	<b>(304.414)</b>
Passivo financeiro avaliado pelo valor justo por meio de resultado	30.555	772.351
Ajustes nas reclassificações dos custos de transações pela TEJ	(56.811)	-
Ajustes de adoção da Lei 11.638/07 e MP 449/08 em controladas	(7.075)	-
Efeitos tributários sobre ajustes da Lei 11.638/07 e MP 449/08	8.927	(262.599)
<b>Saldos após os ajustes da Lei 11.638/07 e MP 449/08</b>	<b>813.832</b>	<b>205.338</b>

Além destes efeitos, a Companhia e sua controlada Rede Power S.A. possuem valores registrados de deságio de R\$ 104.586 e R\$ 84.351, respectivamente. Esses deságios foram apurados na operação de permuta entre a Companhia, a referida controlada e a EDP-Energias do Brasil S.A.

Analisado consoante o requerido pela Instrução CVM nº. 247/96 concluiu que os valores de deságios apurados, não se enquadram nos fundamentos ali descritos, quais sejam: a) mais ou menos valias dos ativos e passivos e b) expectativa de resultados futuros. Assim, e considerando que os valores de deságios não podem ser explicados a luz dos ativos e passivos da controlada adquirida e tampouco sobre sua rentabilidade, conclui-se que os mesmos não possuem fundamentação. Caso o CPC 15 - Combinação de Negócios tivesse

sido aprovado neste exercício, os deságios apurados na condição exposta, seriam refletidos aos resultados, e conseqüentemente, o lucro líquido e o patrimônio líquido da Companhia seria aumentado em R\$ 135.366, líquido dos efeitos tributários.

As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2009 não apresentaram efeitos significativos decorrentes de alterações em práticas contábeis

**Novos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC e deliberadas pela CVM que ainda não estão vigentes e não foram adotados antecipadamente:**

A Companhia e suas controladas procederam à análise das deliberações emitidas pela CVM em 2009 para aplicação aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e às demonstrações financeiras de 2009 para fins de comparação e, concluiu que as principais deliberações que poderão apresentar efeitos relevantes são:

**Deliberação CVM nº 580/2009 – CPC 15 – Combinação de Negócios (IFRS 3):** A norma trata de combinações de negócios, onde essas devem ser contabilizadas pelo método de aquisição, o ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) não deve ser amortizado, sendo sujeito a teste de recuperabilidade econômica. A mudança que impactará a Companhia e suas controladas refere-se ao reconhecimento de compra vantajosa, ou seja, deságio (ver nota 18 item “b” e “c”), que deve ser transferido para o Patrimônio Líquido na transição para o IFRS.

**Deliberação CVM nº 577/2009 – CPC 20 – Custos de Empréstimos (IAS 23):** A capitalização de custos de empréstimos relacionados à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis tornou-se obrigatória. Como pelas práticas atuais das controladas, apenas os custos de empréstimos diretamente atribuíveis são capitalizados, o efeito devido a capitalização de custos de outros empréstimos empregados nesses ativos, proporcionará redução nas despesas financeiras, cujo impacto nos balanços ainda estão sendo avaliados.

**Deliberação CVM nº 593/2009 – CPC 24 – Evento Subsequente (IAS 10):** Esta deliberação determina que os dividendos acima do mínimo estabelecido em lei e não aprovados pela Assembléia não devem ser provisionados, mas apenas destacados no patrimônio líquido. Caso esta deliberação fosse adotada no exercício de 2009, o passivo circulante estaria apresentado à menor e o patrimônio líquido a maior pela diferença acima do mínimo.

**Deliberação CVM nº 596/2009 – CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola (IAS 41):** Torna obrigatória, salvo exceções, a mensuração de ativos biológicos e produtos agrícolas no ponto de colheita pelo seu valor justo menos custos de vender com

contrapartida no resultado. A controlada Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A., que tem por objeto o cultivo de cana de açúcar e outras lavouras temporárias avaliará os efeitos desta deliberação nas suas demonstrações financeiras.

**Deliberação CVM nº 604/2009 – CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39); CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação (IAS 32) e CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7):**

A presente deliberação visa complementar o tratamento contábil de instrumentos financeiros. A Companhia está avaliando o efeito na controlada Tangará Energia S.A., que poderá ter seu Patrimônio Líquido impactado pela reclassificação de ações PN resgatáveis.

**Deliberação CVM nº 611/2009 – ICPC 01 – Contratos de Concessão (IFRIC 12):** A deliberação estabelece que não sejam reconhecidos ativos imobilizados referentes a concessões, e sim, o registro de um ativo intangível (o direito de cobrar os consumidores) e/ou um ativo financeiro (indenização ao final da concessão). No estágio atual, a Companhia e suas controladas estão acompanhando as discussões sobre o assunto, que estão ocorrendo junto aos órgãos reguladores e entidades de classe, concluindo que não há possibilidade de avaliar com segurança razoável os efeitos nas demonstrações financeiras.

**c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

O parecer do auditor não contém ressalvas, tampouco ênfases.

**10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros**

A elaboração e divulgação das demonstrações financeiras requerem que a Administração se baseie em estimativas e no seu julgamento para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais das transações, quando de suas efetivas realizações em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas e do julgamento da Administração. A Companhia e suas controladas revisam tais estimativas e premissas, no mínimo, uma vez ao ano.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Provisão para passivos contingentes;
- Plano de suplementação de aposentadoria e pensão;
- Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos;
- Instrumentos financeiros designados no reconhecimento inicial, como mensurados a valor justo por meio do resultado;
- Derivativos.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerando suficiente pela administração da Companhia e de suas controladas.

A Companhia e a Administração de suas controladas possuem um grupo de profissionais com o propósito de avaliar a qualidade e a possibilidade de recuperação dos créditos em atraso referente ao fornecimento de energia para os diversos segmentos de clientes.

Os administradores, com base em estudos e na posição dos seus consultores jurídicos, entendem que os procedimentos de cobranças atualmente praticados, os parcelamentos, as diligências de cobranças e os acordos realizados com os diversos órgãos governamentais e de serviços públicos, somados aos procedimentos judiciais que compreendem, entre outros, a constituição de precatórios judiciais como garantia dos créditos e a aplicação dos termos previstos na legislação de responsabilidade fiscal vigente, minimizam potencialmente os riscos de incertezas dos recebimentos dos créditos.

Provisão para passivos contingentes: São provisionadas as contingências representadas pelas ações judiciais cíveis e trabalhistas com chances prováveis de perda pelas Companhias, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estimamos em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso pelas Companhias dos valores provisionados, na hipótese das Companhias serem vencidas nas ações.

Plano de suplementação de aposentadoria e pensão: As Controladas patrocinam em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é feita através da Redeprev - Fundação Rede de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem

fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. Os custos de patrocínio do plano de pensão e eventuais déficits do plano são reconhecidos pelo regime de competência em conformidade à Deliberação CVM nº 371/00 e NPC nº 26 do IBRACON, baseando-se em cálculo atuarial elaborado por atuário independente

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos: Sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são constituídos impostos diferidos, de acordo com as respectivas alíquotas vigentes na data do balanço. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social podem ser compensados anualmente, observando-se o limite de até 30% do lucro tributável para o exercício. De acordo com o art. 15 da Medida Provisória nº 449/2008, convertida na Lei nº 11.941/2009, de 27/5/2009, que institui o Regime Tributário de Transição - RTT de apuração do lucro real, a Companhia e suas controladas optaram pelo RTT aplicável ao biênio 2008-2009.

Instrumentos financeiros designados no reconhecimento inicial, como mensurados a valor justo por meio do resultado: São designados nesta categoria os instrumentos financeiros cuja opção por tal mensuração gerar uma informação mais relevante, devido a, pelo menos, um dos seguintes critérios: a) Eliminação ou redução significativamente de inconsistências de mensuração ou reconhecimento que ocorreriam em virtude da avaliação de ativos e passivos ou do reconhecimento de seus ganhos e perdas em bases diferentes; b) Valor justo, para um grupo de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos, ser utilizado como base para gerenciamento e avaliação de performance, conforme estratégia documentada de investimento ou gerenciamento de risco de mercado. Uma vez que a designação é feita, é irrevogável. Esses instrumentos, então, foram mensurados na transição da Lei 11.638/2007, onde os custos de transação afetaram diretamente o patrimônio líquido. Subsequentemente, os valores justos são remensurados e os ganhos e perdas têm como contrapartida o resultado.

Derivativos: A Companhia e suas controladas firmaram contratos derivativos com o objetivo de administrar os riscos associados a variações nas taxas cambiais e de juros. Os referidos contratos derivativos são contabilizados pelo regime de competência e estão mensurados a valor justo por meio do resultado. Os ganhos e perdas auferidos ou incorridos em função desses contratos são reconhecidos como ajustes em receitas ou despesas financeiras. Os contratos derivativos da Companhia e suas controladas são com instituições financeiras de grande porte e que apresentam grande experiência com instrumentos financeiros dessa natureza.

**10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:**

**a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

A Companhia atende aos padrões de governança corporativa e considera seus controles internos suficientes para o tipo de atividade e o volume de transações que opera. A Administração está empenhada no constante aprimoramento, efetuando constantes revisões, visando a melhoria contínua de seus processos.

**b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

Como parte dos exames das demonstrações financeiras pelos auditores independentes, relativos aos exercícios de 2007 e 2008, foram elaborados relatórios de controles internos com algumas recomendações, as quais não representaram nenhum comprometimento no desenvolvimento das atividades da Companhia. Estas recomendações foram discutidas com os auditores, e quando aplicáveis, foram adotadas como procedimentos de aperfeiçoamento dos controles da Companhia.

Para o exercício de 2009, os auditores independentes estão em fase de conclusão do relatório de controles internos, todavia, em reuniões de discussões preliminares, não foi apresentada nenhuma situação que possa apresentar risco às atividades da Companhia.

**10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:**

**a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

**Segunda Emissão de Notas Promissórias da Rede Energia**

Em 1º de junho de 2009, sob coordenação do Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB (“BNB”), a Companhia realizou a emissão e distribuição de um total de 32 notas promissórias no valor nominal unitário de R\$ 10,0 milhões, perfazendo o valor total de R\$ 320,0 milhões.

A remuneração deste título era correspondente à variação acumulada de 120% das taxas médias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, calculadas e divulgadas pela CETIP, incidentes sobre o valor nominal unitário de cada nota promissória, a partir da data de emissão até o efetivo pagamento, em parcelas semestrais.

As notas promissórias têm prazo de vencimento de 360 dias a contar da data de sua emissão, podendo ser reajustadas a qualquer momento, e foram garantidas por aval da EEVP e Denerge, na qualidade de controladoras da Companhia. A Companhia utilizou estes recursos para pagamento de dívidas. Para maiores detalhes ver também o item 18.5 deste formulário.

#### **Quarta Emissão de Debênture da Rede Energia**

Em dezembro de 2009, a Companhia emitiu 370.000 Debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, em série única, perfazendo o montante total de R\$ 370 milhões.

A remuneração deste título é da taxa do CDI acrescido de um spread de 3,4% a.a.. Esta emissão tem o prazo de vencimento de quatro anos e com amortizações em 6 parcelas semestrais, sendo que a primeira ocorrerá no 30º mês a partir da emissão.

Os recursos das debêntures foram utilizados para o pagamento da obrigação principal e acessória das 32 (trinta e duas) Notas Promissórias da Segunda Emissão e o restante dos recursos foram utilizados para composição do capital de giro da Companhia. Para maiores detalhes ver também o item 18.5 deste formulário.

#### **Segunda Emissão de Debênture CEMAT**

Em 22 de abril de 2010 em Assembleia Geral Extraordinária, a Controlada CEMAT deliberou pela distribuição pública de debêntures simples da 2ª emissão, não conversíveis em ações, em 13 séries totalizando R\$ 250,0 milhões. A emissão é composta de 250 debêntures simples com o valor nominal unitário de R\$ 1,0 milhão.

O prazo de vencimento das debêntures é de 4 anos. A primeira série (série CDI) tem carência de pagamento de principal pelos primeiros seis meses e será liquidada a partir de então em 42 prestações mensais. As debêntures da segunda à décima terceira séries (séries IPCA) terão pagamentos nas suas respectivas datas de aniversário (a primeira delas, portanto, terá o seu primeiro pagamento no décimo segundo mês e assim sucessivamente para as demais séries) totalizando também 48 meses a partir da data de emissão, definida como 15 de abril de 2010.

A remuneração das debêntures da 1ª série é de CDI mais 2,75% a.a. e das demais séries são de IPCA mais 9,15% a.a.

A amortização do principal, para a 1ª série, será mensal a partir do 7º mês da data de emissão. A primeira amortização do principal para as demais séries sucedem-se do 12º ao 23º meses a partir da data de emissão, repetindo-se assim sucessivamente para as demais séries IPCA. A amortização dos juros para a 1ª série será mensal a partir da data de emissão e as demais séries anualmente na mesma data da amortização do principal.



Os recursos obtidos por meio desta emissão foram destinados ao refinanciamento de obrigações financeiras, reforço do capital de giro e investimentos da CEMAT. Para maiores detalhes ver também o item 18.5 deste formulário.

**b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

Não houve desvios de qualquer natureza.

**c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Não aplicável.

**10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

**a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

Não existem ativos ou passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não estejam evidenciados em suas Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas.

**i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

**ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

**iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

**iv. contratos de construção não terminada**

**v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

**b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não aplicável.

**10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:**

**a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável.

**b. natureza e o propósito da operação**

Não aplicável.

**c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável.

**10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a. investimentos, incluindo:**

**i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

O quadro abaixo demonstra os investimentos realizados nos últimos 3 anos por empresas operacionais controladas pela Companhia:

<b>R\$ milhões</b>	<b>2.010</b>	<b>2.009</b>	<b>2.008</b>
Programa Luz Para Todos / Universalização	701,3	427,8	742,5
FNDCT/EPE/PEE/P&D	52,4	48,7	39,6
Sub-rogação CCC	31,4	42,5	195,9
Interligação da Ilha de Marajó	78,1	60,4	-
Redução de perdas	89,8	32,9	121,1
Manutenção e melhorias no sistema	527,2	273,6	383,6
<b>Total</b>	<b>1.480,2</b>	<b>885,8</b>	<b>1.482,8</b>

Os programas atualmente em andamento estão relacionados a seguir:

Programa Luz para Todos ("LPT") e Programa Nacional de Universalização: em 2010, a Companhia investiu R\$ 701,3 milhões no LPT e Universalização, cuja principal característica é possibilitar o acesso e uso da energia elétrica, a todos os cidadãos domiciliados nas áreas urbanas e rurais do Estado. Os recursos para atendimento do LPT são provenientes da Reserva Global de Reversão ("RGR"), Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), Estados e Fonte Própria.

Pesquisa & Desenvolvimento: a Companhia investiu ainda R\$ 52,4 milhões em programas de pesquisa & desenvolvimento, relacionados com a produção e operação da

concessionária. Esses investimentos são composto pelos seguintes programas: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Estudo de Eficiência Energética (EPE), Programa de Eficiência Energética (PEE), e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

Sub-rogação CCC: em conformidade com a Resolução ANEEL nº 784 de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa ANEEL nº 81 de 9 de março de 2004, a Companhia através de suas controladas foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis CCC, para subsidiar a implantação de projetos que visam a interligação do sistema e desativação da geração térmica. Com esses recursos foram investidos R\$ 31,4 milhões em 2010.

Interligação da Ilha de Marajó: esse projeto prevê a interligação do Sistema Isolado da Ilha de Marajó ao Sistema Inteligado Nacional, através da extensão da rede elétrica de Tucuruí até o Marajó. Em 2010, a CELPA investiu R\$ 78,1 milhões, com recursos provenientes da sub-rogação CCC.

Programa de Redução de Perdas: são verbas destinadas exclusivamente para o programa de combate às perdas técnicas e não técnicas. Em 2010 foram investidos R\$ 89,8 milhões.

Manutenção e Melhorias no Sistema: são investimentos vegetativos, feitos com caixa próprios, destinados a manutenção, ampliação e melhorias no sistema elétrico. Esses investimentos totalizaram R\$ 527,2 milhões em 2010.

A Companhia e suas subsidiárias continuarão investindo nos programas ora citados nos próximos anos.

## **ii. fontes de financiamento dos investimentos**

Os recursos para Programa Luz Para Todos são provenientes da Reserva Global de Reversão ("RGR"), Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), Estados e Fonte Própria. Os programas de interligação, como o caso da Ilha do Marajó, possui fonte integralmente subsidiada (sub-rogação CCC) e os demais programas tem como fonte o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), bancos privados, BNDES e fonte própria.

## **iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Em dezembro de 2009, foi assinado “Contrato Condicional de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças” entre a Rede Power do Brasil S.A. (“REDE POWER”), T4U Brasil Ltda (“T4U”), Juruena Energia S.A. (“JURUENA”) e REDE ENERGIA, em que, a REDE

POWER vendeu à T4U, 100% das ações que detinha da JURUENA, ao preço total de R\$ 29,5 milhões. Cabe acrescentar que a REDE POWER é uma Companhia holding, controlada pela REDE ENERGIA, e que detinha 100,00% do capital total e votante da Companhia de geração JURUENA, cujos principais ativos operacionais eram a PCH Juína e CGH Aripuana, localizadas nos Municípios de Juína e Aripuanã, Estado do Mato Grosso, com capacidade instalada de 5,1 MW e 0,8 MW, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2009, a receita líquida da JURUENA era de R\$ 7,2 milhões e a receita líquida da REDE ENERGIA consolidado era de R\$ 5.044,6 milhões. A receita líquida da JURUENA representava 0,1% da receita líquida da REDE ENERGIA consolidado.

Em 31 de dezembro de 2009, o total de ativos da JURUENA era de R\$ 19,8 milhões e o total de ativos da REDE ENERGIA consolidado era de R\$ 11.673,8 milhões. O total de ativos da JURUENA representava 0,2% do total de ativos da REDE ENERGIA consolidado.

Tendo em vista a representabilidade da JURUENA tanto na receita líquida quanto no total de ativos em relação a REDE ENERGIA não apresenta efeitos significativos.

**b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não há qualquer aquisição em vista que influenciará materialmente a capacidade produtiva das subsidiárias da Companhia.

**c. novos produtos e serviços, indicando:**

**i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não aplicável.

**ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

PESQUISA & DESENVOLVIMENTO: a Controladas da Companhia investiram ainda R\$ 52,4 milhões em programas de pesquisa & desenvolvimento, relacionados com a produção e operação da concessionária. Esses investimentos são compostos pelos seguintes programas: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Estudo de Eficiência Energética (EPE), Programa de Eficiência Energética (PEE), e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

### **iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**

Implantação do Programa Evoluir a partir do primeiro semestre de 2009. Esse Programa tem por objetivo a integração das diversas iniciativas da Companhia e suas controladas, por meio de um único programa de transformação da gestão e operação. O objetivo é promover mais transparência e agilidade na tomada de decisões estratégicas, contribuindo para o desenvolvimento e o crescimento da Companhia, suas Controladas e colaboradores. O Programa é subdividido em sete projetos:

1. CSC – Centro de Serviços Compartilhados, já implementado, que visa a uniformização dos processos contábeis, fiscais e financeiros;
2. EPC – Estruturação do Processo de Cobrança, cujo objetivo é a criação de uma área de cobrança corporativa, responsável pela elaboração de estratégias, implementação de melhorias, definição das políticas, normas e gestão de indicadores;
3. EOE – Estruturação da Operação de Engenharia, que pretende melhorar a eficiência da área operacional, a partir do aprimoramento das estruturas de engenharia e distribuição das controladas pela Companhias;
4. MCPSE – Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, que visa o atendimento às exigências do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, por meio da atualização e manutenção do cadastro técnico, operacional e patrimonial;
5. PRODIST – Procedimentos de Distribuição, que tem por finalidade a adequação dos procedimentos, com o objetivo de atender as determinações da ANEEL;
6. Criação de um novo CALL CENTER, visando o aumento da qualidade do atendimento;

Implantação do sistema SAP, com o objetivo de modernizar as ferramentas de gestão empresarial.

### **iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não existem novos produtos ou serviços em desenvolvimento.

**10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.



**REDE ENERGIA S.A.**  
**CNPJ/MF nº 61.584.140/0001-49**  
**NIRE 35.300.029.780**  
**Companhia Aberta**

São Paulo, 29 de março de 2011.

Aos Srs. Acionistas da **REDE ENERGIA S.A.**

### **DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO**

(Conforme informações indicadas no anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09).

(Valores expressos em milhares de reais)

**1. Informar o prejuízo do exercício**

No exercício de 2010, foi apurado prejuízo no montante de R\$ 368.845 (trezentos e sessenta e oito milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil).

**2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados**

Em virtude do prejuízo apurado no exercício, não serão distribuídos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio aos acionistas.

**3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído**

Não aplicável.

**4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores**

Não aplicável.

**5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

**a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**

Não aplicável.

**b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio**

Não aplicável.

**c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio**

Não aplicável.

**d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**

Não aplicável.

**6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**

**a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**

Não aplicável.



**b. Informar a data dos respectivos pagamentos**

Não aplicável.

**7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

**a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**

<b>Exercícios:</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>Lucro Líquido (R\$ mil) :</b>	28.670	179.169	20.338	(368.845)
<b>Quantidade de Ações (milhares):</b>	304.809	322.075	322.075	322.075
<b>Lucro Líquido por ação (R\$):</b>	0,09	0,56	0,06	(1,15)

Para o cálculo do prejuízo por ação constante das demonstrações financeiras de 2010, foi considerado a quantidade média de ações levando em consideração as ações subscritas pela EEVP e outros acionistas (349.051) no âmbito do aumento do capital deliberado em Assembleia Geral Extraordinária de 16/08/2010, e o prejuízo por ação neste caso é (1,06).

**b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores**

Não houve distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio nos 3 (três) exercícios anteriores.

**8. Havendo destinação de lucros à reserva legal**

**a. Identificar o montante destinado à reserva legal**

Não aplicável.

**b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal**

Não aplicável.

**9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos**

**a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos**

O estatuto estabelece distribuição de dividendo não cumulativos, no mínimo 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

**b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos**

Não aplicável, em virtude da apuração de prejuízo no exercício social findo em 31.12.2010.

**c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa**

Não aplicável.

**d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais**

Não aplicável.

**e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**

Não aplicável.

**10. Em relação ao dividendo obrigatório**

**a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

Os acionistas terão direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, no mínimo 25% do lucro líquido do exercício, observado o disposto no artigo 7º do Estatuto Social.

**b. Informar se ele está sendo pago integralmente**

Não aplicável, em virtude da apuração de prejuízo no exercício social findo em 31.12.2010.

**c. Informar o montante eventualmente retido**

Não aplicável

**11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia**

**a. Informar o montante da retenção**

Não aplicável.

**b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos**

Não aplicável.

**c. Justificar a retenção dos dividendos**

Não aplicável.

**12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências**

**a. Identificar o montante destinado à reserva**

Não aplicável, em virtude da apuração de prejuízo no exercício social findo em 31.12.2010

**b. Identificar a perda considerada provável e sua causa**

Não aplicável.

**c. Explicar porque a perda foi considerada provável**

Não aplicável.

**d. Justificar a constituição da reserva**

Não aplicável.

**13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar**

**a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**

Não aplicável, em virtude da apuração de prejuízo no exercício findo em 31.12.2010.

**b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Não aplicável.

**14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**

**a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

O estatuto estabelece em seu artigo 27, alínea f, que o lucro remanescente, por proposta da administração, poderá ser total ou parcialmente destinada à constituição da Reserva de Investimentos, observado o disposto no parágrafo único do mesmo artigo 34, e o estabelecido no artigo 194 da Lei nº 6.404/76.

**b. Identificar o montante destinado à reserva**

Não aplicável, em virtude da apuração de prejuízo no exercício findo em 31.12.2010. Esclarecemos, por oportuno, que foi utilizado o saldo da reserva de capital para a absorção de prejuízos no valor de R\$ 4.458.

**c. Descrever como o montante foi calculado**

Não aplicável.

**15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital**

**a. Identificar o montante da retenção**

Não aplicável, em virtude da apuração de prejuízo no exercício findo em 31.12.2010.

**b. Fornecer cópia do orçamento de capital**

Não aplicável.

**16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais**

**a. Informar o montante destinado à reserva**

Não aplicável, em virtude da apuração de prejuízo no exercício findo em 31.12.2010.

**b. Explicar a natureza da destinação**

Não aplicável.



**REDE ENERGIA S.A.**

CNPJ/MF nº 61.584.140/0001-49

NIRE nº 35.300.029.780

Companhia Aberta

São Paulo, 13 de abril de 2011

Aos Srs. Acionistas da **REDE ENERGIA S.A.**

**CONSELHO FISCAL**

**DATA DE ELEIÇÃO E POSSE: 29/ABRIL/2011**

**PRAZO DE MANDATO: ATÉ ABRIL/2012**

**Item 12.6. - Tabela**

<b>NOME</b>	<b>IDADE</b>	<b>PROFISSÃO</b>	<b>CPF</b>	<b>CARGO ELETIVO OCUPADO</b>	<b>INDICAÇÃO CONTROLADOR</b>	<b>OUTROS CARGOS EXERCIDOS NA COMPANHIA</b>
Carlos Souza Barros de Carvalhosa	80	Engenheiro Civil	003.684.158-72	Conselheiro Efetivo	Sim	N/A
Osmar José Vicchiatti	68	Administrador e Economista	070.546.298-68	Conselheiro Efetivo	Sim	Conselheiro Administrativo
Annibal Ribeiro do Valle Filho	59	Engenheiro Civil	165.529.386-91	Conselheiro Efetivo	Sim	N/A
Fernando Quartim Barbosa de Figueiredo	67	Engenheiro	010.320.708-20	Conselheiro Suplente	Sim	N/A
Marcos de Jesus Costa	52	Publicitário	006.975.348-20	Conselheiro Suplente	Sim	N/A
Kleber Cimini Lage	66	Engenheiro Eletricista	002.516.401.59	Conselheiro Suplente	Sim	N/A

(\*) N/A – Não aplicável

**12.8**

**a. CURRÍCULOS**

**CONSELHO FISCAL – MEMBROS EFETIVOS**

*Carlos Souza Barros de Carvalhosa*

Nascido em 05 de dezembro de 1929, o Sr. Carvalhosa é Engenheiro Civil formado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (1948/1952). De 2005 a setembro/2008, o Sr.



Carvalhosa atuava como Diretor de Investimentos Incentivados da Investco S.A (Companhia Aberta). Desde abril de 2006, é membro efetivo do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA e da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT, companhias abertas, e, ainda, membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS, todas controladas pela Rede Energia S.A.

#### *Osmar José Vicchiatti*

Nascido em 13 de novembro de 1941, o Sr. Vicchiatti é formado em Administração de Empresas e Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo. Desde 2006, é Membro efetivo do Conselho Fiscal da REDE ENERGIA S.A. Também é membro efetivo do Conselho Fiscal da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A., controladora da REDE ENERGIA S.A. e membro suplente dos Conselhos Fiscais de Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA e Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT, controladas pela REDE ENERGIA S.A. e membro do conselho deliberativo da REDEPREV - Fundação Rede de Previdência. Foi Diretor e Membro do Conselho de Administração de outras empresas controladas da Rede Energia S.A no período de 1980 a 2006.

#### *Annibal Ribeiro do Valle Filho*

Nascido em 30 de abril de 1951, o Sr. Anníbal é formado em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e especialização em administração pela Fundação Getúlio Vargas (1981). Desde 1996, é Sócio-Gerente da empresa Planorc Serviços de Engenharia S/S Ltda. Desde 2005, é Membro efetivo do Conselho Fiscal da REDE ENERGIA S.A., bem como membro efetivo do Conselho Fiscal da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A., controladora da REDE ENERGIA S.A. e membro suplente dos Conselhos Fiscais de Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT e da Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS, controladas pela REDE ENERGIA S.A.

## **MEMBROS SUPLENTE**

#### *Fernando Quartim Barbosa de Figueiredo*

Nascido em 08 de Outubro de 1942, o Sr Quartim é Engenheiro formado pela Escola de Engenharia de Mauá (1966) e Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (1972). De 1995 a 2000, foi Assessor da Rede Energia. Desde 2000, compôs os conselhos de administração de controladas da Rede Energia, sendo que, desde 2009, é membro Efetivo do Conselho Fiscal da REDE ENERGIA S.A. e ainda, membro suplente do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA e Conselheiro Curador da Fundação Aquarela.

#### *Marcos de Jesus Costa*

Nascido em 29 de abril de 1958, o Sr. Marcos é formado em publicidade e propaganda pela Faculdade de Comunicação Social Casper Líbero e MBA em gestão e estratégica e econômica pela Fundação Getúlio Vargas. Gerente Regional da BS Continental S/A Utilidades Domésticas no período de 1999 a 2005. Desde 2006, é Gerente de Vendas da Electrolux do Brasil S.A. (Regional Sudeste). Desde 2008, é Membro suplente do Conselho Fiscal da REDE ENERGIA S.A. Também é membro do Conselho de Administração da Companhia Nacional de Energia Elétrica, controlada da REDE ENERGIA S.A.



*Kleber Cimini Lage*

Nascido em 06 de agosto de 1943, o Sr. Kleber é Engenheiro Eletricista formado pela Universidade Federal de Goiás. Foi Diretor de Planejamento da Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS no período de 1991 a 1995, Coordenador de Estudos de Viabilidade da CELTINS no período de 1995 a 1998 e Diretor da Investco S.A (Companhia Aberta) de 1998 a 2003. Assessor da Rede Energia de 2003 a março/2006. Desde abril/2006, é Membro suplente do Conselho Fiscal da REDE ENERGIA S.A, bem assim, membro efetivo dos Conselhos Fiscais da Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA, Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT e Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS, controladas pela REDE ENERGIA S.A.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal

**Resposta:** Não há condenação desta natureza imputada aos membros indicados para o Conselho de Administração e nem aos membros do Conselho Fiscal.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

**Resposta:** Não há condenação desta natureza imputada aos membros indicados para o Conselho de Administração e nem aos membros do Conselho Fiscal.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

**Resposta:** Não há condenação desta natureza imputada aos membros indicados para o Conselho de Administração e nem aos membros do Conselho Fiscal.

**12.9.** Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) administradores do emissor

**Resposta:** Não aplicável para os membros indicados como Conselheiros Administrativos da Emissora e Conselheiros Fiscais da Emissora.

b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

**Resposta:** Não aplicável para os membros indicados como Conselheiros Administrativos da Emissora e Conselheiros Fiscais da Emissora.

c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

**Resposta:** Não aplicável para os membros indicados como Conselheiros Administrativos da Emissora e Conselheiros Fiscais da Emissora.

d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

**Resposta:** Não aplicável para os membros indicados como Conselheiros Administrativos da Emissora e Conselheiros Fiscais da Emissora.

**12.10.** Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

b. controlador direto ou indireto do emissor

**Respostas aos itens “a” e “b”:**

Parte dos membros do conselho fiscal são membros do conselho fiscal de empresas controladas da REDE ENERGIA S.A, conforme segue:

Fernando Quartim Barbosa de Figueiredo – É membro suplente do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas do Pará S.A – CELPA (Cia Aberta), controlada



pela QMRA – Participações S.A e REDE ENERGIA S.A; e membro efetivo do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A – CEMAT (Cia Aberta), controlada pela REDE ENERGIA S.A.

Carlos Souza Barros de Carvalhosa - É membro efetivo dos Conselhos Fiscais da Centrais Elétricas do Pará S.A - CELPA (Cia Aberta), controlada pela QMRA – Participações S.A e REDE ENERGIA S.A; Centrais Elétricas Matogrossenses S.A - CEMAT (Cia Aberta), e da Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS, ambas controladas pela REDE ENERGIA S.A. É, ainda, membro suplente do Conselho Fiscal da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A, controladora da REDE ENERGIA S.A.

Osmar José Vicchiatti - É membro suplente dos conselhos fiscais de Centrais Elétricas do Pará S.A – CELPA (Cia Aberta) e da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A – CEMAT (Cia Aberta), e membro efetivo do conselho fiscal da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A, controladora da REDE ENERGIA S.A.

Annibal Ribeiro do Valle Filho - É membro suplente dos Conselhos Fiscais de Centrais Elétricas do Pará S.A - CELPA (Cia Aberta), controlada pela QMRA – Participações S.A e REDE ENERGIA S.A; Centrais Elétricas Matogrossenses S.A – CEMAT e da Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS, ambas controladas pela REDE ENERGIA S.A, e ainda, membro efetivo do Conselho Fiscal da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A., controladora da REDE ENERGIA S.A.

Marcos de Jesus Costa – É membro do Conselho de Administração da Companhia Nacional de Energia Elétrica, controlada da REDE ENERGIA S.A.

Kleber Cimini Lage - É membro efetivo dos conselhos fiscais da Centrais Elétricas do Pará S.A – CELPA (Cia Aberta), controlada pela QMRA Participações S.A e REDE ENERGIA S.A, da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A – CEMAT (Cia Aberta), da Companhia de Energia



Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS, todas controladas pela REDE ENERGIA S.A

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

**Resposta:** Não aplicável para os membros indicados como Conselheiros Administrativos da Emissora e Conselheiros Fiscais da Emissora.



**REDE ENERGIA S.A.**

CNPJ/MF nº 61.584.140/0001-49

NIRE nº 35.300.029.780

Companhia Aberta

São Paulo, 13 de abril de 2011

Aos Srs. Acionistas da **REDE ENERGIA S.A.**

**REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**

(Conforme informações do item 13 do  
Formulário de Referência da Instrução CVM 480/09)  
(Valores expressos em milhares de reais)

**13. Remuneração dos administradores**

**13.1.** Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

- a. objetivos da política ou prática de remuneração

**Resposta:** A prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, adotada pela Companhia, objetiva atrair e reter profissionais qualificados e com experiência na área de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica, bem como, incentivar o cumprimento dos objetivos e metas, proporcionando um alinhamento com os interesses da Companhia.

Leva em consideração as responsabilidades de cada membro, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.



Para o exercício de 2011, a Companhia propõe o montante global de até R\$ 5.440.000,00 para remuneração dos administradores da Companhia, a ser segregado da seguinte forma:

(i) De até R\$ 2.000.000,00 para o Conselho de Administração e Comitê de Gestão, sendo R\$ 1.600.000,00 correspondente à remuneração fixa e o valor de R\$ 400.000,00 referentes aos encargos.

(ii) De até R\$ 3.200.000,00 para a Diretoria Executiva, sendo R\$ 1.800.000,00 correspondente à remuneração fixa, R\$ 700.000,00, correspondente à remuneração variável, R\$ 200.000,00 referente à benefícios e o valor de R\$ 500.000,00 referentes aos encargos.

(iv) De até R\$ 240.000,00 para o Conselho Fiscal, sendo R\$ 190.000,00 correspondente à remuneração fixa e o valor de R\$ 50.000,00 referentes aos encargos, observado o disposto no artigo 162, Parágrafo 3º da Lei 6.404/76.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

**Resposta:** A Companhia adota um modelo de remuneração composto por: (i) remuneração fixa, composta por honorários mensais aplicáveis à Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal; (ii) remuneração variável, que é o honorário calculado de acordo com os indicadores de performance individual e da Companhia aplicável aos Diretores Executivos (Estatutários), e, (iii) benefícios, com os quais a Companhia procura atrair e reter os melhores talentos e retribuir a competência de seus administradores, também aplicáveis aos Diretores Executivos (Estatutários). Vide item 13.1 (a).

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

**Resposta:**



Conselho de Administração e Comitê de Gestão: 36,76% da Remuneração Total, sendo: (i) 29,41% remuneração fixa; e, (ii) 7,35% Encargos.

Diretoria: 58,82% da Remuneração Total, sendo: (i) honorários: 33,09%; (ii) remuneração variável: 12,87%; (iii) Benefícios: 3,68%; e, (iv) Encargos: 9,19%.

Conselho Fiscal: 4,41% da Remuneração Total, sendo: (i) 3,49% remuneração fixa; e, (ii) 0,92% Encargos.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

**Resposta:** Os membros do Conselho de Administração, do Comitê de Gestão e do Conselho Fiscal recebem honorários fixos mensais. Para o Conselho Fiscal, informamos que os conselheiros suplentes não recebem honorários, a não ser na hipótese de substituírem o conselheiro titular a que estão vinculados. O reajuste da remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Comitê de Gestão e do Conselho Fiscal é feito com base em práticas de mercado.

A proposta de remuneração para a Diretoria Estatutária e seu reajuste baseia-se em práticas de mercado.

A Companhia verifica as práticas de mercado comparando seus indicadores operacionais e desempenho econômico de suas controladas com os números de empresas de mesmo porte e setor, levando em consideração as diferenças regionais do país.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

**Resposta:** A remuneração da Companhia considera as responsabilidades de cada cargo e esta baseada nas práticas de

mercado e nos valores pagos para profissionais que exercem funções e cargos equivalentes, visando a retenção dos melhores profissionais.

- c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

**Resposta:** A remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Comitê de Gestão e do Conselho Fiscal da Companhia é fixa e não considera indicadores de desempenho.

A remuneração variável dos Diretores Estatutários é definida com base em metas alinhadas com o plano estratégico da Companhia e performance do negócio. A mensuração está ligada ao resultado econômico da Companhia, como evolução do EBITDA, desempenho operacional de suas controladas, apurados nos exercícios sociais, indicadores de qualidade de serviço das controladas, tais como, DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor), FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor) e redução de perdas comerciais e satisfação dos clientes, Acionistas e colaboradores.

- d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

**Resposta:** Os honorários do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são revisados anualmente conforme práticas de mercado e definidos pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia.

Apenas a remuneração variável dos Diretores Estatutários é baseada em metas quantitativas, as quais refletem a evolução dos indicadores de desempenho da Companhia. A avaliação é feita por meio do resultado econômico e leva em conta o índice de evolução e satisfação dos indicadores de qualidade descritos no item “c”.

- e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo



**Resposta:** A prática de remuneração dos diretores estatutários está alinhada aos interesses da Companhia e por estar atrelada aos indicadores de desempenho, satisfação dos clientes, imagem da Companhia e responsabilidade social agregam valor econômico e consolidam a gestão da Companhia. .

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

**Resposta:** Com o objetivo de manter o alinhamento das diretrizes de governança corporativa e estratégias, os Diretores da Companhia exercem cargos estatutários nas sociedades por ela controladas e são remunerados por tais atribuições.

Os Executivos recebem das controladas da Companhia uma remuneração fixa e variável, conforme informado na tabela constante do item 13.15.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

**Resposta:** Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

**13.2.** Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2009 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	9	6	5	20
c.i. Remuneração fixa anual	790.000,00	-	72.000,00	862.000,00
Salário ou Pró-labore	790.000,00	-	72.000,00	862.000,00
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-

c.ii. Remuneração variável	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
c.v. Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por cada Órgão	-	-	-	-
e. Total da remuneração dos Órgãos	790.000,00	-	72.000,00	862.000,00

<b>Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2010 (R\$ mil)</b>				
<b>a. Órgão</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
b. Número de Membros	9	8	5	22
c.i. Remuneração fixa anual	891.000,00	580.000,00	120.000,00	1.591.000,00
Salário ou Pró-labore	891.000,00	480.000,00	120.000,00	1.491.000,00
Benefícios diretos e indiretos	-	100.000,00	-	100.000,00
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.ii. Remuneração variável	-	175.000,00	-	175.000,00
Bônus	-	175.000,00	-	175.000,00
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
c.v. Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por cada Órgão	-	-	-	-
e. Total da remuneração dos Órgãos	891.000,00	755.000,00	120.000,00	1.766.000,00

*(\* ) A remuneração prevista para o exercício de 2010, não foi integralmente realizada pois os administradores Joaquim Dias de Castro e Rafael Costa Strauch abriram mão das suas respectivas remunerações e os administradores Carmem Campos Pereira, Valdir Jonas Wolf, Alexei Macorin Vivan, José Antonio Sorge e Maurício Aquino Halewicz foram remunerados nas companhias controladas, conforme 13.15, abaixo.*

<b>Remuneração prevista para o Exercício de 2011 (R\$ mil)</b>				
<b>a. Órgão</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
b. Número de Membros	9	8	5	22
c.i. Remuneração fixa anual	1.600.000,00	2.000.000,00	190.000,00	3.790.000,00
Salário ou Pró-labore	1.600.000,00	1.800.000,00	190.000,00	3.590.000,00
Benefícios diretos e indiretos	-	200.000,00	-	200.000,00
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.ii. Remuneração variável	-	700.000,00	-	700.000,00
Bônus	-	700.000,00	-	700.000,00
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-

c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
c.v. Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por cada Órgão	-	-	-	-
e. Total da remuneração dos Órgãos	1.600.000,00	2.700.000,00	190.000,00	4.490.000,00

(\*\*) As tabelas acima, não incluem os encargos e provisões legais.

**13.3.** Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

**Resposta:** O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da Companhia não possuem remuneração variável. A Diretoria Estatutária da Rede Energia não recebeu nenhuma remuneração durante o exercício de 2009. A seguir tabela indicando a remuneração variável reconhecida no resultado do exercício de 2010 e a proposta para o exercício de 2011. Os Diretores Estatutários da Rede receberam remuneração por empresas controladas conforme informado no item 13.15.

Remuneração Variável reconhecida no resultado do Exercício de 2010 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	9	7	5	21
c. em relação ao Bônus	-	175.000,00	-	175.000,00
(i) valor mínimo no plano de remuneração	-	-	-	-
(ii) valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
(iii) valor previsto no plano caso as metas estabelecidas sejam atendidas	-	-	-	-
(iv) valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	175.000,00	-	175.000,00
d. em relação à participação no resultado	-	-	-	-
(i) valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
(ii) valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
(iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
(iv) valor efetivamente reconhecido nos três últimos exercícios sociais.	-	-	-	-

Remuneração Variável prevista para o Exercício de 2011 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	9	8	5	22

c. em relação ao Bônus	-	700.000,00	-	700.000,00
(i) valor mínimo no plano de remuneração	-	-	-	-
(ii) valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
(iii) valor previsto no plano caso as metas estabelecidas sejam atendidas	-	-	-	-
(iv) valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
d. em relação à participação no resultado	-	-	-	-
(i) valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
(ii) valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
(iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
(iv) valor efetivamente reconhecido nos três últimos exercícios sociais.	-	-	-	-

(\*\*) As tabelas acima, não incluem os encargos e provisões legais

**13.4.** Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

**Resposta:** Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

**13.5.** Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

Ações detidas pelos Administradores em 31/12/2010.						
Órgão	Conselho de Administração		Conselho Fiscal		Diretoria Estatutária	
Companhia	ON	141.501	ON	15	ON	4
	PN	766	PN	15	PN	0
<b>Controladoras</b>						

<b>EEVP</b>	ON	3.663.236	ON	0	ON	74
	PN	6	PN	0	PN	0
<b>DENERGE</b>	ON	91.855.080	ON	0	ON	2.026
	PN	22.750.379	PN	0	PN	9.971.273
<b>Controladas</b>						
<b>CELPA</b>	ON	5	ON	0	ON	0
	PN	6	PN	0	PN	1
<b>CEMAT</b>	ON	197	ON	1.222.421	ON	1.916
	PN	104	PN	150.176	PN	0
<b>ENERSUL</b>	ON	7	ON	0	ON	2

**13.6.** Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

**Resposta:** Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

**13.7.** Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

**Resposta:** Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

**13.8.** Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria

estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

**Resposta:** Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

**13.9.** Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

**Resposta:** Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

**13.10.** Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

**Resposta:** Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de previdência conferidos aos administradores da Companhia.

**13.11.** Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

**Em relação ao Exercício de 2009 (Valores Anuais):**

**Conselho de Administração**

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
9	180.000,00	66.000,00	87.777,78

**Diretoria Estatutária**

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
7	-	-	-

**Conselho Fiscal**

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
5	18.000,00	18.000,00	14.400,00

**Em relação ao Exercício de 2010 (Valores Anuais):**

**Conselho de Administração**

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
9	180.000,00	120.000,00	150.000,00

**Diretoria Estatutária**

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
7	480.000,00	240.000,00	360.000,00

**Conselho Fiscal**

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
5	36.000,00	36.000,00	36.000,00

**Em relação à Proposta para o Exercício de 2011 (Valores Anuais):**

**Conselho de Administração**

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
9	180.000,00	66.000,00	123.000,00

**Diretoria Estatutária**

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
8	480.000,00	240.000,00	360.000,00

**Conselho Fiscal**

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
5	36.000,00	36.000,00	36.000,00

**13.12.** Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

**Resposta:** Não aplicável.

**13.13.** Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Exercício de 2009 (R\$ mil)			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual da Remuneração Total	91,65%	-	8,35%



<b>Exercício de 2010 (R\$ mil)</b>			
<b>Órgão</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
Percentual da Remuneração Total	34,54%	60,86%	4,6%

**13.14.** Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

**Resposta:** Não aplicável.

**13.15.** Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

**Resposta:**

<b>Remuneração reconhecida no resultado de controladores comum do exercício de 2009 (R\$)</b>				
<b>Empresa Energética de Mato Grosso do Sul - Enersul</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Remuneração Global	108.000,00	1.895.000,00	-	1.188.000,00
<b>Centrais Elétricas do Pará S.A.- Celpa</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Remuneração Global	144.000,00	878.793,00	51.000,00	495.000,00
<b>Centrais Elétricas Matogrossenes S.A. – CEMAT</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Remuneração Global	420.000,00	961.000,00	12.520,00	512.520,00

**Remuneração reconhecida no resultado de controladores comum do exercício de 2010 (R\$)**

<b>Empresa Energética de Mato Grosso do Sul - Enersul</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Remuneração Global	108.000,00	480.000,00	-	588.000,00

<b>Centrais Elétricas do Pará S.A.- Celpa</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Remuneração Global	190.000,00	240.000,00	32.600,00	462.600,00

<b>Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Remuneração Global	252.000,00	160.000,00	48.000,00	460.000,00

**13.16.** Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

**Resposta:** Não aplicável